

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2017-2021** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DOZE DE FEVEREIRO**
DE DOIS MIL E DEZANOVE -----
----- **ATA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS** -----

----- Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rui Pedro

Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, José Pedro Ferreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Susana Maria da Costa Guimarães, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, João Carlos de Sousa Pereira, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Mário Nelson Moraes Freitas, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gabriel Maria Simplicio Baptista Fernandes, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Nádia Alves Ribeiro Teixeira e José Augusto de Jesus Felício.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- José António Borges (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado José Pedro Ferreira.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Felício.-----

----- Maria Luísa Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Vale.-----

----- Maria Cristina Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Júlio Cordeiro Reis Silva.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Alves Teixeira.-----

----- Aline Hall de Beuvink (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita (CDS-PP).-----

----- A Câmara esteve representada pela Senhora Vereadora Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro de Abreu Costa e Nuno da Rocha Correia.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----“Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Representantes da Câmara, já temos quórum, agradeço que se pudessem sentar para dar início aos nossos trabalhos”.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados entretanto vamos recebendo aqui com a Senhora Segunda Secretária as inscrições para os diferentes pontos.-----

----- Dar nota tal como foi consensualizado na Conferência de Representantes ontem, o ponto 8 da nossa ordem de trabalhos que são as declarações políticas que vão ficar para a próxima sessão para não corrermos o risco de não cumprir a totalidade do ponto face às intervenções das diferentes forças políticas, bem como com os documentos apresentados. Portanto será na sessão da próxima terça- feira.-----

----- E dar-vos, também, nota que em relação ao ponto 9 da ordem de trabalhos, depois na altura poderemos voltar ao tema e formalizar, mas a matéria referente à apreciação da proposta 4/2019, celebração de contratos de delegação de competências entre o Município de Lisboa e as 24 Freguesias, que a Câmara manifestou também a intenção que esta proposta possa ser debatida, igualmente, se possível na próxima semana, ou numa próxima reunião em conjunto com outra proposta também relacionada com contratos de delegações de competências.-----

----- Também em matéria de higiene urbana, e cuja tramitação em sede de Comissão deverá ser concluída amanhã.-----

---- Entendeu a Câmara que ganha o debate de modo a que ambas as propostas possam ser debatidas, em conjunto e se possa debater a estratégia relacionada com este tema. Naturalmente, assim sendo o Partido Comunista apresentou uma Recomendação sobre esta matéria que transitará, também, no momento da discussão.--

----- Também informar que a representação da Câmara Municipal hoje estará a cargo da Senhora Vereadora Paula Marques, que acabou de tomar assento na bancada da Câmara, e é ela a representante oficial da Câmara na nossa reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos dar início ao Período de Intervenção aberto ao Público. Em razão da reflexão que tivemos a semana passada, e que tem estado em curso na Conferência de Representantes, sobre o Período de Intervenção aberto ao Público e uma vez que consensualizámos ontem, e depois houve este pedido da Câmara para algumas matérias transitarem para a próxima reunião, e de acordo com o espírito que tem estado presente na nossa reflexão mas, também, daquilo que está no Regimento, nós temos cinco inscritos e vamos dar cinco minutos a cada munícipe para nos expor aquilo que tem a dizer. -----

----- Naturalmente, alguns são habituais, outros são novos mas informamos aquilo que já é a nossa prática, ou seja, se tiverem documentação escrita podem deixar na Mesa, se tiverem intervenções do mesmo modo, se por acaso os cinco minutos não chegarem, tudo aquilo que ficar na nossa posse é transcrito para a ata, é transcrito na informação que vai para os Senhores Deputados, para as Comissões, para os Grupos Municipais e, acima de tudo, para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O primeiro orador inscrito, o Senhor José António Marin, naturalmente sobre a matéria que se tem dirigido aos Órgãos do Município sobre a habitação.-----

----- Senhor José António, bem-vindo mais uma vez, hoje com um pouco mais de tempo, portanto, pode não correr tanto na intervenção, cinco minutos”-----

----- **O Munícipe, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde, Senhor Presidente, estimada Assembleia, quero aproveitar para saudar o excelente pessoal que trabalha nesta casa cidadã.-----*

----- *Ao melhor estilo laico/trintanário – libré, Medina e cidadãos mandantes em Lisboa, comportam-se como o Robin dos Bosques ao avesso, vendendo e concessionando a pataco património público para valer aos ricos. -----*

----- *Investindo fortunas a escrever cartas, erigir estátuas e a cortar fitas em nome dos direitos dos cidadãos. -----*

----- *Cingindo-me à habitação tal significa, segundo a Constituição e todos os documentos que Portugal retificou, que todos têm direito a uma habitação condigna e que o direito da propriedade privada não é absoluto, terminando onde começa a desenfreada especulação e ou assédio imobiliário sem qualquer controlo político. -----*

----- *Trata-se de um problema transversal abrangendo os assuntos sociais e no qual as entidades oficiais procuram absolver o Estado aos constantes atropelos aos direitos humanos. -----*

----- *Quais sádicas raquetes assistencialistas jogando os desvalidos, muitas vezes, anos a fio num infundável pingue-pongue, da Câmara Municipal para a Santa Casa e quejandas e, vice-versa. Ora temporariamente para um quatinho de pensão, albergue, indo viver em sobrelotação na casa de algum familiar ou amigo que o aceite, ou mandando-os procurar casas no mercado de arrendamento privado, com rendas que não ultrapassem, regra geral, os duzentos e cinquenta a quinhentos euros, pagos com o apoio temporário, que a qualquer momento é cortado pela Santa Casa. --*

----- Alguns, especialmente pobres mulheres com filhos a cargo, em desespero acabam mesmo ocupando algumas das inúmeras casas camarárias, vergonhosamente devolutas, expondo-se a si e aos seus à violência de um despejo camarário. -----

----- Em suma, a nós pobrezinhos exigem que nos resignemos e logo somos apontados a dedo como uns ingratos, caprichosos ou masoquistas, caso recusemos os remendos e as côdeas que nos queiram ofertar. -----

----- Está na hora de a Câmara Municipal de Lisboa assumir responsabilidades que lhe competem a favor dos Lisboaetas mais desvalidos, quando razões sociais o justifiquem e exercendo o direito de preferência, ou no mínimo criando soluções que garantam simultaneamente o direito à cidade e ao empreendedorismo. -----

----- Criou-se mesmo uma moratória que de forma correta e justa alegadamente impediria o despejo a idosos e deficientes, mas incompreensivelmente permitindo que abaixo dos sessenta e cinco, possam ser despejados. -----

----- Nos últimos dias vimos uma mulher de oitenta e tal anos que está para ser despejada, sem qualquer proteção legal premiando uma vez mais os especuladores. ---

----- A solução é curar, a solução é habitação e não mitigar com paliativos. Caridadezinha mascarada de emergência social, não obrigado! -----

----- No meu caso particular, há quase seis anos que sou pressionado para aceitar o inaceitável. E nesta primeira desde a última vez em que cá vim, cabe-me assinalar que neste primeiro dia do resto da minha vida, antes o poço da morte que tal sorte. ---

----- Termino com um PS: acho que ainda se usa o “post scriptum”. As Galveias onde tudo continua como a lesma, na casa de banho dos cavalheiros tem um aviso colado na máquina do papel, a avisar que não há papel das mãos, advertindo-nos que nem sequer podemos limpar as mãos, mesmo que venhamos prevenidos de casa com sabonete. Será que concluíram que além do Jardim o melhor será concessionar o resto da Biblioteca. -----

----- Aproveito para fazer uma sugestão, façam como na Penha de França, ponham lá os Vereadores, privatizem o resto que assim é que está bem!-----

----- Vejam como é que está a Biblioteca da Penha de França é o paradigma de como está Lisboa, é só o privado é que interessa, nós os pobres, os mais desvalidos não servimos para nada a não ser para cortarem fitas à nossa conta.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor José António Marin. -----

----- Dois temas já objeto de intervenção na última reunião e, tal como na semana passada, estou certo que a Câmara Municipal de Lisboa tomou boa nota, nomeadamente naquilo que tem a ver com as bibliotecas, e que foi um tema trazido pelo José António Marin, pela primeira vez a semana passada e que nos voltou a dar conhecimento. -----

----- A matéria da habitação é por demais conhecida de todas e todos os Senhores Deputados. -----

----- A segunda intervenção do período de intervenção do público é o Senhor Manuel Bivar e a indicação que nós temos em relação ao assunto tem a ver com uma eventual usurpação da via pública, na Travessa da Ilha do Grilo na Freguesia do Beato. -----

----- Também, do mesmo modo cinco minutos para intervenção e documentação ou intervenção, também, pode ficar aqui nos nossos trabalho para ser transcrita e para ser distribuído.”-----

----- **O Município, Senhor Manuel Bivar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais. -----*

----- *Venho em nome da Comissão de Moradores do Grilo, na Freguesia do Beato, relatar a grave situação que há meses ocorre na Travessa da Ilha do Grilo entre os números cinquenta e dois e sessenta. -----*

----- *Uma empresa de construção, proprietária do prédio com o número cinquenta e dois a cinquenta e seis e do número cinquenta e oito, entretanto ilegalmente demolido, fechou uma via de acesso público, que dava passagem a um pátio comum onde se encontram inclusive situados as caixas de esgotos de vários moradores.-----*

----- *Para além da situação de ocupação do espaço público, a empresa demoliu antigos muros de quintais, eliminou antigas portas e janelas e também parte da parede tardoz de minha casa, procurando num curto espaço de tempo eliminar vestígios mais antigos do que ali pudesse haver. -----*

----- *Desde outubro que diversos moradores a nível individual comunicaram os factos à UITOR (Unidade de Intervenção Territorial Oriental) e à Câmara Municipal até hoje sem resposta. -----*

----- *Dia nove de janeiro, a Comissão de Moradores do Grilo enviou uma exposição ao Presidente da Câmara Municipal, ao Vereadores do Urbanismo e Reabilitação Urbana, ao responsável pela UITOR, ao Diretor da Divisão de Uniformização e Fiscalização Urbanística da Câmara Municipal, ao Comandante da Polícia Municipal e ao Presidente da Freguesia do Beato, de todas estas pessoas apenas tivemos resposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Beato, com quem reunimos e a quem expusemos a situação e que se manifestou disponível para intervir. -----*

----- *Contudo, até hoje ainda não tivemos resposta e a empresa continua a ocupar a via pública.-----*

----- *A agravar toda esta situação a referida empresa ocupou com materiais de construção um Jardim e Miradouro construído por diversos moradores. -----*

----- *Desde que a Câmara Municipal de Lisboa anunciou a construção do “Hub criativo do Beato” nesta zona, que sentimos um acréscimo de pressões sobre os moradores do Grilo. -----*

----- *Pensamos que a Câmara Municipal de Lisboa deveria acompanhar, com especial atenção, esta zona da cidade precavendo eventuais consequências negativas de uma grande obra como o “Hub”. E apelamos hoje, à Assembleia Municipal que interceda junto da Câmara Municipal Lisboa para que esta tome providencias sobre*

aquilo que consideramos ser uma usurpação de uma via pública, na Travessa da Ilha do Grilo.-----

----- *Nós poderemos enviar documentação por “e-mail” porque eu não sabia que podia entregar documentação? Sim, ok! Obrigado.*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado e naturalmente que sim, podem enviar a documentação por “e-mail” que será distribuída não só à Câmara Municipal como a todas as forças políticas.*-----

----- *A terceira intervenção que nós temos no período de intervenção do público, versa também sobre matérias relacionadas com habitação, e é a Senhora Ana Maria Nunes da Palma.*-----

----- *Também os mesmos cinco minutos, se quiser usar da palavra também a mesma disponibilidade para receber toda a documentação e intervenção escrita.”*-----

----- **A Muniçipe, Senhora Ana Maria Nunes da Palma**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde a todos.*-----

----- *É o seguinte eu não tenho nada para ler, simplesmente tenho para lhes pedir e implorar. Tenho um filho com trinta e cinco anos, está ali a assistir, que trabalha num cabeleireiro, abriu um cabeleireiro de homens no Bairro dos Lóios, em Chelas, onde se vê obrigado a viver, a dormir, a fazer tudo naquele cabeleireiro porque não tem meios de poder alugar uma casa, porque as casas são muito caras, são seiscentos, quinhentos, oitocentos, por aí fora.*-----

----- *Na minha casa também não o posso ter porque tenho um outro filho lá, embora os tenha criado todos naquela casa.*-----

----- *Criei o filho dele, ele não conseguiu criar o filho porque não tinha condições, não tinha uma casa onde o filho pudesse dormir, sei lá alguns dias ou sempre, ou aos fins de semana, pudesse conviver com o pai.*-----

----- *Portanto, eu falei com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que ele não está aqui, está a Senhora Vereadora que também estava presente com ele, no Bairro dos Lóios, antes de irem para a Câmara, portanto e o Senhor Presidente disse-me “Sim Senhor, que ia falar comigo e eu iria falar com ele”, mas nunca o apanho, mas nunca consigo falar com ele.*-----

----- *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia está a par da situação, ainda ontem foi ver o cabeleireiro, foi à minha casa ver as condições que eu tenho.*-----

----- *Tenho aqui fotografias do cabeleireiro, onde o meu filho está a viver e a dormir, e a trabalhar.*-----

----- *Enfim, e o que é que eu venho fazer, venho pedir, venho implorar ao Senhor Presidente da Câmara, que ajude o meu filho, não só o meu filho mas o resto dos jovens que querem criar família, ter famílias, ter filhos, ter isso tudo e não conseguem porque não têm casa.*-----

----- *Lamento, muito peço-vos desculpa pela minha maneira de falar, mas eu não sei dizer outra coisa.”*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada e não tem nada de pedir desculpas é um problema grave que infelizmente afeta muitos munícipes na cidade de Lisboa, é algo que a Câmara tem procurado dar resposta, preocupação de todas as forças políticas sem exceção, e também da Freguesia que referiu. -----

----- Pedia-lhe se podia conversar com a Assessora do Gabinete da Presidência da Assembleia Municipal, especificamente para as matérias da habitação, pedia à Dra. Elisabete também que pudesse conversar aqui um pouco com a munícipe, de modo a podermos também ficar com mais informação, informação complementar para que a Assembleia Municipal também possa fazer isso.” -----

----- **A Munícipe, Senhora Ana Maria Nunes da Palma**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Com certeza. -----

----- *Embora como lhe disse, o Senhor Presidente ainda ontem esteve na minha casa, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, e esteve no cabeleireiro, portanto e realmente isto são situações que custam muito viver assim. -----*

----- *Custa muito. -----*

----- *Boa tarde.” -----*

----- (A Munícipe, Senhora Ana Maria Nunes da Palma deixou documentação com a Mesa que fica anexada a esta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Próxima intervenção deste período de intervenção do público, Licínia Oliveira Martins, e a indicação que nós temos como assunto: “Obras a realizar junto ao edifício sito na Rua Doutor João Soares, 41, no espaço verde realizado pela Câmara Municipal de Lisboa adjacente ao referido edifício”. -----

----- Também a mesma nota que temos dados a todos os munícipes, cinco minutos de intervenção, mas se por acaso tiver documentação, fotografias, informação escrita, que nos queira deixar ou fazer chegar será integralmente distribuído e transcrito para a ata. -----

----- Tem a palavra.” -----

----- **A Munícipe, Senhora Licínia Oliveira Martins**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde Senhores Deputados. -----

----- *O que me traz aqui é o seguinte: depois de três ou quatro anos a tentar junto da Câmara e de diversas entidades, tentar resolver a questão que é a seguinte. -----*

----- *Eu sou proprietária da fração R/C, na Rua Doutor João Soares, 41, Lisboa, que fica ao lado da Cidade Universitária, que a Câmara fez obras de requalificação naquela zona há quatro, cinco anos. -----*

----- *O que é que acontece? A Câmara ao fazer essas obras, não teve em atenção o seguinte: alteou a terra e o muro, a parte traseira fez igualmente, não tem forma de escoar as águas.*-----

----- *Eu como estou no R/C e como a terra neste momento está a sessenta centímetros, cerca acima do prédio, infiltra-se as águas, tenho diversos prejuízos e danos.*-----

----- *Tenho tentado ser sensível junto de todas as entidades, sou advogada e sei como é que estas coisas se processam, mas tenho tentado de diversas formas.*-----

----- *O ano passado, isto só também para resumir um pouco, consegui através de um “e-mail” que enviei ao Arquiteto Manuel Salgado, que este assunto fosse reencaminhado para a Divisão de Construção e Requalificação de Espaços Verdes, que enviou um engenheiro para analisar o local, foi ao local em janeiro do ano passado, 2018.*-----

----- *Fez realmente um relatório da situação, na altura a sua superior que era a Arquitecta Paula, que entretanto já não está, desculpe, Teresa Cunha Lopes, deu parecer positivo para que fizesse o projeto e que fosse feita a obra.*-----

----- *Até hoje, eu continuo à espera, porque realmente o que me dizem, liguei já ao Engenheiro Francisco Salpico da Câmara, o que me diz é o seguinte: “eu não posso fazer nada, não está calendarizado, não me mandaram fazer o projeto”, e continua assim.*-----

----- *Neste momento, já tenho o chão todo podre da fração, as paredes continuam pessimamente, fotografias que eu tenho, não as tenho comigo, mas vou enviar, mas tudo isso já está no processo, quando foi feita essa avaliação, quando o Engenheiro Salpico se deslocou, já está tudo.*-----

----- *Tenho um quintal atrás, que tem um muro, neste momento com as terras, com a alturas das terras, que a Câmara pôs, neste momento eu não tenho um metro de muro, quer dizer que qualquer pessoa entra ali.*-----

----- *Mais, parte do muro e consta no processo que está na Câmara, terá sido autorizado, ainda não foi feito nada, o muro da traseira, as terras subiram tanto que o muro caiu!*-----

----- *Eu tive que fazer um novo muro por dentro, mas que aquilo vai cair novamente, porque as terras estão ali, a altura foi demasiada, quer na traseira, quer na parte lateral, isto é inadmissível.*-----

----- *E eu ao resolver vir aqui, era para chamar a atenção de todos os partidos, porque eu tenho tentado entrevistas com o Engenheiro José Sá Fernandes, não me atende, não consigo fazer, mando “e-mails” para o Senhor Presidente da Câmara, também não me responde, eu acho que isto é inadmissível.*-----

----- *A mim só me resta, ou realmente a obra avança e aceitam as responsabilidades, ou tenho que recorrer aos tribunais, é a única forma, porque realmente tenho sido demasiado benevolente em toda esta situação, aquilo está cheio de humidade, humidade, é bolor, não há sequer desumidificadores que retirem aquela humidade, e a casa continua a apodrecer.*-----

----- *Eu tenho aquela casa, que era dos meus pais, há mais de quarenta anos, isto nunca aconteceu, e não sou só eu.*-----

----- *É evidente que a parte de cima toda lateral vai a humidade, eu tenho até uma Assembleia para a semana do prédio, em que sou Administradora, este problema já foi diversas vezes levantado, porque todas as outras frações, as duas, também sofrem do mesmo problema, não tanto como eu, porque estou ao nível do R/C, e sou realmente a pessoa que sou mais afetada.* -----

----- *Portanto, daí a razão de eu ter vindo aqui e peço que realmente haja alguma solução para o efeito, a Câmara tem toda a documentação, tem inclusivamente o relatório que foi feito pelo engenheiro que acabei de dizer, Francisco Salpico, tem já autorização dada, embora por uma arquiteta que não esteja, pois à data era a arquiteta responsável se deu parecer favorável, eu pergunto porquê é que não se começam as obras?* -----

----- *É isto que eu deixo aqui.* -----

----- *Obrigado.* -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado pela sua intervenção.* -----

----- *Vamos naturalmente officiar a Câmara Municipal de Lisboa e procurar que a Assembleia Municipal contribua para a solução do caso, e pelo menos que haja a devida resposta à munícipe para que este assunto possa avançar.* -----

----- *Estava-me aqui a Senhora Primeira Secretária em Exercício, a dizer como conhece bem a zona, confirmando que de facto há problemas derivados da intervenção que foi feita, e portanto se foram, como diz a munícipe, reconhecidos temos que procurar resolver esses problemas.* -----

----- *Próxima intervenção Rui Sousa Costa, exatamente sobre o tema da audição do público das Sessões, também os mesmos cinco minutos, e também naturalmente se tiver alguma intervenção escrita, ou algum documento que nos queira deixar, que ele fica integralmente transcrito e distribuído.* -----

----- **O Município, Senhor Rui Sousa Costa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado Senhor Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores, Senhores Deputados Municipais.* -----

----- *O assunto é a audição do Público nas sessões da Assembleia Municipal, e eu prometi a mim e pedia aos Senhores Deputados Municipais que refletissem comigo dois ou três pontos que eu trago para a vossa reflexão.* -----

----- *Dividiria nos seguintes pontos: a inscrição, a duração e as matérias a abordar.* -

----- *A inscrição tem sido relativamente difícil, porque por vezes, quando nós queremos fazer uma inscrição online, já entretanto, a presencial ocupou todos os lugares e todos os requisitos que nos pedem para fazer essa inscrição, daí a minha sugestão era que houvesse em números iguais uma inscrição online e uma inscrição presencial.* -----

----- *Quanto à duração, eu acho que a duração mínima e talvez seja aquela que eu acho que o Regulamento agora vai permitir, 45 minutos, não só em razão da Ordem de Trabalhos, mas também em razão do número de intervenientes em cada Sessão,*

isto até por uma certa certeza jurídica e uma certa certeza da presença do Público nestas sessões, sabendo sempre que há 45 minutos, a dividir pelo número de pessoas que se vão inscrever. -----

----- Quanto às matérias eu acho que para evitar, por vezes uma Assembleia em que vêm todos falar praticamente do mesmo assunto, ou de assuntos muito semelhantes, eu sugeria que, em cada Sessão não houvesse mais do que duas matérias iguais para cada uma delas, isto para poder diversificar não só as pessoas que aqui vêm, mas também as matérias que são abordadas.-----

----- Peço aos Senhores Deputados a vossa reflexão e espero que haja algum acolhimento daquilo que aqui deixo. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado pela sua intervenção, pelas sugestões e contributos. Tal como referi no início é uma matéria que foi abordada no Plenário na semana passada, que houve uma Deliberação, reflexão que teve continuidade na Conferência de Representantes e que terá continuidade na próxima reunião da Conferência de Representantes, procurando sempre o aperfeiçoamento deste período de intervenção do Público. Muito obrigado” -----

----- **PERÍODO ANTES DA DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esgotadas as inscrições para hoje, temos dois votos de pesar antes de entrar na ordem de trabalhos”. -----

-----Voto nº 53/01, apresentado pelo CDS/PP, “ *Por todas as mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal*”, e o segundo Voto nº 53/03 apresentado pelos Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes, “*Voto de Pesar pelo falecimento de Isabel Gentil*”. -----

----- Quanto ao Voto nº 53/01 tenho indicação que é também subscrito pelo PSD e pelo MPT.-----

----- E o Voto nº 53/03 tenho a indicação que é também subscrito pelo BE. -----

----- Vou pedir à Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho para proceder à leitura do Voto nº 53/01 apresentado pelo CDS/PP.-----

-----**VOTO DE PESAR N.º053/01 – SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP – “POR TODAS AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL”**-----

-----**A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto nº 053/01: -----

----- “*A violência é a arma dos fracos*”-----

----- *Em todo o mundo, a esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres, sendo igualmente as mulheres as vítimas das formas mais agressivas de violência.* -----

----- *Durante o ano de 2018 foram assassinadas 28 mulheres, em Portugal, em contexto de violência doméstica ou de género, mais oito do que em 2017.*-----

Desde o dia 1 de Janeiro deste ano já morreram 9 mulheres em contexto doméstico, o que representa o dobro face ao período homólogo e quase um terço face a 2018, numa clara e intolerável violação dos direitos humanos. -----

----- Mulheres que sucumbiram às mãos de namorados, maridos ou mesmo antigos parceiros, em crimes que deixam marcas profundas e muitas vezes irrecuperáveis em famílias, nomeadamente quando há crianças envolvidas. -----

----- Além de profundamente preocupantes, estes números crescentes de violência em Portugal merecem a nossa mais profunda condenação, bem como releva a necessidade de se investir no reforço da prevenção e do combate à violência doméstica. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 12 de Fevereiro de 2019, expressa o seu pesar por todas as mulheres vítimas de violência em Portugal e pelo aumento do número de mortes em contexto de violência doméstica ou de género, guardando um minuto de silêncio em sua memória. -----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

-----Muito obrigado Senhora Segunda Secretária.- -----

----- Entretanto, chegou à Mesa a nota que o PAN também subscreve este voto e vou pedir à Senhora Primeira Secretária em exercício que proceda à leitura do Voto nº 53/03 pelo falecimento de Isabel Gentil. -----

*----- **A Senhora Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar nº 053/03:-----*

----- “Voto de Pesar pelo falecimento de Isabel Gentil. -----

----- Faleceu no passado dia 9 de Fevereiro Maria Isabel Gentil Penha Ferreira. Nascida em Lisboa a 4 de Julho de 1940 na freguesia do Campo Grande, Isabel Gentil concluiu os estudos liceais no Colégio Sagrado Coração da Maria tendo em seguida ingressado no Curso de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, que frequentou entre 1961 e 1966. -----

----- Foi no entanto na vertente da tradução que fez a sua vida profissional, traduzindo do francês inúmeros livros em especial na área da Filosofia. Trabalhou junto da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, tendo participado na edição, tradução e publicação de vários livros, tais como “O Roteiro Das Cousas Do Achem De D. João Ribeiro Gaio : Um Olhar Português Sobre O Norte De Samatra Em Finais Do Século XVI”, “Biombos dos Portugueses” ou “Há 500 anos: Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses”, entre outros. -----

----- Em 2007 integrou o movimento Cidadãos por Lisboa tendo sido candidata à Câmara Municipal de Lisboa em 2007 e à Assembleia Municipal de Lisboa em 2009, 2013 e 2017, tendo participado ativamente nas várias campanhas eleitorais autárquicas e exercido por diversas vezes, em regime de substituição, o cargo de Deputada Municipal Independente dos Cidadãos Por Lisboa nesta Assembleia Municipal.-----

----- Isabel Gentil, vítima de doença prolongada, sempre encarou tanto a vida como a sua doença com humor e boa disposição, mesmo nos momentos mais difíceis. Uma mulher de causas, foi sempre uma ativista em prol dos direitos humanos e da cidadania. A sua dedicação ao movimento Cidadãos por Lisboa foi incansável e a sua presença foi sempre uma constante. -----

Assim, os Deputados Municipais Independentes do movimento Cidadãos Por Lisboa propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 12 de Fevereiro de 2019, preste homenagem a Isabel Gentil e manifeste o seu mais profundo pesar, guardando um minuto de silêncio e apresentando condolências à família e amigos.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Confirmando-se que não existem inscrições, vamos passar à votação da Proposta.” -----

----- **A Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, interrompeu, referindo o seguinte: -----

----- O BE associa-se a este voto.-----

----- Também o Partido Socialista informa a Mesa que se associa aos dois votos.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito Obrigada, se bem me apercebo o PAN já tinha dado nota que se pretendia associar-se ao primeiro voto, e informa agora que pretende, igualmente, associar-se ao segundo. -----

----- Os Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes também pretendem associar-se ao Voto nº 053/01 sobre as vítimas da violência doméstica, com o agradecimento á Senhora Primeira Secretária em exercício Patrocínia César pela leitura.-----

----- Vamos proceder á votação dos dois votos. -----

----- Voto nº 053/01 apresentado pelo Grupo Municipal CDS/PP –“*Por todas as mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal*”, -----

----- Voto nº 053/03 apresentado pelos Deputados Municipais Independentes do Movimento Cidadãos Por Lisboa – “*Voto de Pesar pelo falecimento de Isabel Gentil*”- -----

----- **Voto nº 053/01 (CDS/PP) – (Subscrito pelos Grupos Municipais do CDS-PP, PS, PSD, PAN, MPT e Deputados Municipais Independentes)** não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM E 7 IND. O Voto nº 053/01 foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Voto nº 053/03 (IND) - (Subscrito por 6 Deputados Municipais, pelos Grupos Municipais do PS, BE e PAN).** Não há votos contra, nem há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM. O Voto nº 053/03 foi aprovado por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – “APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELEBERATIVA DA PROPOSTA 750/CM/2018 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À REDE CITIES FOR CYCLISTS E AUTORIZAÇÃO PARA A**

REALIZAÇÃO DA DESPESA NO MONTANTE DE 2.000,00 EUROS (DOIS MIL EUROS) ANUAIS PARA PAGAMENTO DA RESPECTIVA QUOTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS C), k) E P) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º E NA ALÍNEA N) DO N.º1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, de 12 de SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE: 34 MINUTOS; -----

----- (A Proposta N.º750/CM/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 8ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante) -----

----- Recomendação N.052/02 (8ª. CP) fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos dar entrada na ordem de trabalhos, pontos pendentes da ordem de trabalhos da passada reunião, primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, apreciação do ponto um da parte deliberativa da Proposta N.º750/CM/2018 – Adesão do Município de Lisboa à rede Cidades para ciclistas, em homenagem ao nosso Ex-Colega Deputado Magalhães Pereira, que não gostava dos anglicismos. Autorização para a realização da despesa no montante de 2.000 euros anuais, para pagamento da respetiva quota nos termos da proposta, e das disposições legais e regimentais aplicáveis. Temos um Parecer sobre a Proposta oriundo da 8ª Comissão Permanente, o Deputado Relator foi o Deputado Diogo Moura. Desse Relatório temos a Recomendação n.º 52/02 (8ª CP) oriunda da 8ª Comissão Permanente desta Assembleia.-----

----- Senhora Vereadora Paula Marques, pergunto à Camara se quer apresentar a proposta.-----

----- Tem a palavra Senhora Vereadora -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente em exercício, boa tarde a todas e a todos. -----

-----“ Não é propriamente a apresentação da proposta, é somente dizer que a proposta que vem à Assembleia vem no seguimento daquilo que é a política de mobilidade e de promoção da Câmara Municipal de Lisboa e portanto penso que é bem acolhida por toda a gente a adesão, digamos à plataforma. E, também, dizer que estamos a preparar a candidatura para podermos organizar o evento, em Lisboa. Não temos, ainda, resultado da candidatura mas esperamos que seja positivo para podermos organizar o evento cá com o nome em português, ou em inglês, seguindo, também, assim um pouco o que o Deputado Magalhães nos sugeria. -----

----- Obrigada”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra referiu:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Diogo Moura se pretende apresentar o Parecer Relatório da 8ª Comissão Permanente, bem como a recomendação extraída desse Relatório, a Recomendação nº 52/02.-----

----- Tem a palavra Senhor Deputado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, caros Vereadores, caros Deputados, caro Público.-----

----- Cabe a mim, enquanto Deputado Relator desta proposta, fazer a apresentação deste parecer que, como disse a Senhora Vereadora Paula Marques, reuniu a unanimidade dos votos na Câmara Municipal de Lisboa, na reunião de dia quinze de Novembro de dois mil e dezoito, sobre aquilo que é o ponto um dos considerandos e, tendo em conta o enquadramento e os antecedentes, ele é feito o enquadramento macro daquilo que tem sido as Políticas Internacionais Europeias e Nacionais no âmbito do Ambiente e da Sustentabilidade das cidades, nomeadamente, os problemas com a emissão de gases estufa e, também, tudo aquilo que são os compromissos Internacionais Europeus e Nacionais que a Câmara Municipal de Lisboa tem subscrito, nomeadamente, o Pacto Global dos Autarcas para energia e clima com estratégias, também, nacionais de mitigação, alteração e adaptação às alterações climáticas.-----

----- Depois, fizemos um pequeno enquadramento sobre aquilo que tem sido o trabalho feito por Portugal nesta área e depois, o enquadramento relativamente a Lisboa daquilo que tem sido feito, tem sido dado seguimento sobre estas matérias da sustentabilidade desde logo a estratégia municipal de alteração da adaptação às alterações climáticas e a recente distinção de Lisboa como “European Green Capital Award”.-----

----- Depois, dizer também, relativamente à questão da mobilidade sistema, aquilo que é o uso da bicicleta, seja de lazer, seja por outras razões, dizer aqui que a Câmara de Lisboa o que nos propõe é que Lisboa adira à rede “Cities for Cyclists”. Esta é uma rede de parceiros locais e regionais dinamizado pela Federação Europeia de Ciclismo e que já conta com trinta municípios a qual promove a partilha de conhecimento sobre políticas clicáveis e pretende colocar o *in foco* da rede clicável instrumento crítico pelo planeamento urbano e opção política em termos de mobilidade.-----

----- E quais é que são os encargos financeiros com esta adesão? Pois bem, há uma quota anual e essa quota anual é de dois mil euros. Daquilo que foram as diligências tonadas pela Comissão, entendemos que não havia necessidade de fazer qualquer diligência.-----

----- Como disse, a proposta foi aprovada por unanimidade, e pareceu-nos que a proposta era pacífica, sendo uma mais-valia para Lisboa. E portanto, dizer-vos daquilo que é esta adesão, a Comissão concordou com essa mesma adesão e portanto o que nos é proposto aqui, além da adesão, é autorizar o pagamento desta despesa.-----

----- Nas conclusões, basicamente, dizemos aquilo que eu acabei de dizer, ou seja, Lisboa e nós estamos de acordo com a adesão a esta rede “Cities for Cyclists”, porque

ela vem cumprir aquilo que são as estratégias mundiais, europeias, nacionais e do próprio Município de Lisboa, e o caminho que tem vindo a ser trilhado nesta matéria que não é apenas na área da sustentabilidade. -----

----- E depois, só fazer uma pequena correção daquilo que foi a intervenção da Senhora Vereadora é que a designação da cidade que vai receber a Conferência VELO-CITY, em dois mil e vinte e um, onde Lisboa concorria com Valência e com Lobiliana. Em dezembro, foi decidido que Lisboa seria a cidade que irá receber este evento, em dois mil e vinte e um. E portanto, já temos essa referência entre aquilo que foi a proposta aprovada na Câmara Municipal e, hoje, a nossa discussão, Lisboa foi efetivamente a vencedora de ser o País anfitrião e a Cidade anfitriã a receber esta Conferência. -----

----- Como recomendações, entendeu a Comissão apresentar duas; a primeira é que obviamente, o conhecimento que venha ser adquirido nesta rede e a nível internacional seja, depois, aplicado no que são as estratégias municipais nesta área da sustentabilidade. E também, naquilo, que são os nossos instrumentos municipais de gestão territorial e gestão operacional. E, obviamente, também, que esta rede possa aprender com aquilo que são as medidas, os programas, as estratégias e as boas práticas encetadas e levadas a cabo por Lisboa. -----

----- E depois, em segundo, porque nos parece muito importante que esta Comissão, que tem as áreas da mobilidade e dos transportes, possa acompanhar uma vez por ano, pelo menos, ouvindo o Senhor Vereador, que tutela esta pasta. Saber qual foi o trabalho que Lisboa fez no âmbito desta adesão. Porque também é muito importante aderir a estas redes, mas depois, também, saber o que é que nós estamos lá a fazer e qual foi o nosso contributo. E o que é que aprendemos com elas. -----

----- Muito obrigado”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado, pela apresentação do Relatório e da Recomendação.-----

----- Vamos agora passar aos oradores inscritos para este ponto”. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores e Senhoras Deputadas. -----

----- A Proposta Nº 750/2018 pretende viabilizar a adesão do município de Lisboa à Rede das Cidades para Ciclistas, estando Os Verdes de acordo com o que nos é proposto. -----

----- Têm sido várias as propostas com vista à adesão a redes internacionais para melhorar a qualidade de vida e o ambiente e têm tido o apoio de Os Verdes, porque as consideramos importantes. -----

----- Neste caso concreto, entendemos que tudo o que promova o uso da bicicleta é positivo e deve ser incentivado, tendo em conta os benefícios amplamente reconhecidos deste meio de transporte de mobilidade suave. -----

----- Consideramos ainda fundamental que esta adesão sirva para adquirir conhecimentos que possam depois ser aplicados nas políticas municipais. -----

----- Parece-nos também muito importante, e isto é algo que deve ser alargado a outras adesões do género, que esta Assembleia seja regularmente informada sobre as iniciativas encetadas no âmbito dessas adesões, para que possamos acompanhar devidamente os trabalhos realizados, tal como é proposto na recomendação que acompanha o parecer, e que terá naturalmente o nosso voto favorável. -----

----- Para terminar, apenas mais duas breves notas. -----

----- A CML refere, nos considerandos da proposta, que tem como objetivo expandir a infra-estrutura ciclável para 200km até 2021, algo com o qual concordamos na íntegra, aliás, a este propósito recordamos que, desde sempre, Os Verdes apresentaram propostas com vista à promoção da mobilidade suave, quando muitos ainda achavam que não era possível andar de bicicleta em Lisboa. Mas, sobre isto, consideramos que, além de ser importante criar mais ciclovias, a autarquia não pode descurar a manutenção das já existentes, pois algumas começam a apresentar sinais de degradação, e isso em nada promove o uso destas vias. -----

----- Por fim, importa também que, na criação de ciclovias, as associações que representam os utilizadores de bicicleta sejam devidamente envolvidas para que a rede de ciclovias vá ao encontro das necessidades de mobilidade e promova efetivamente este meio de transporte. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, vamos continuar com as inscrições”. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa do IND -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Aderindo integralmente à proposta e votando favoravelmente, eu vinha aqui lembrar, que esta Assembleia Municipal, pela Deliberação Nº 413/AML/2018, aprovou uma recomendação à Câmara Municipal, para que elaborasse uma relação de todas as Associações, em que participa das suas atividades, e dos custos inerentes a tais adesões. Entendemos que isto é importante do ponto de vista da transparência. -----

----- Nós nesta Assembleia, somos sistematicamente, solicitados a aprovar a participação em organizações deste género, quer por uma questão de transparência, quer por uma questão de razoabilidade económica, era bom que pudessemos ir monitorizando a participação do Município neste tipo de instituições. -----

----- Lembro também, que esta Deliberação foi aprovada por unanimidade. E até hoje, não teve cumprimento por parte da Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- Muito Obrigado”. -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito Obrigado Senhor Deputado, é bom lembrar-se, para que em sede também de Comissões, essa monitorização das recomendações, as quais são apresentadas, possam ter esse devido seguimento por parte da Câmara e o acompanhamento por parte da Assembleia Municipal. -----
----- Senhora Segunda Secretária, próximo orador inscrito ou oradora”. -----
----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos. PAN -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----
----- Esta questão das redes cicláveis, especificamente esta proposta, vai ter a nossa aprovação, tem o nosso apoio. -----
----- Queria lembrar, que desde o mandato passado, que nós vimos chamando a atenção, sobre esta matéria e que temos incentivado a Câmara na criação de ciclovias e na divulgação de ciclovias. Ficamos muito satisfeitos que esta adesão possa significar uma maior difusão dos métodos suaves, neste caso, das bicicletas.-----
----- Queria lembrar, ainda, que em termos de redes cicláveis, várias vezes, têm sido propostas as ligações das ciclovias de Lisboa às redes municipais adjacentes, e isso não tem tido o seguimento que deveria ter. Portanto, talvez, com esta associação externa, se possa fazer aquilo que internamente não se tem conseguido. -----
----- Muito obrigado”.-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Vamos prosseguir. -----
----- Afinal, já não prosseguimos. Não temos mais oradores inscritos, não sei se a Senhora Vereadora quer acrescentar mais alguma coisa? -----
----- Não. Prescinde. -----
----- Vamos então dar por encerradas, as intervenções relativas a este ponto de ordem de trabalhos e vamos passar às votações. -----
----- Em primeiro lugar a votação da proposta e depois da recomendação oriunda da 8ª Comissão Permanente. -----
----- Vamos então votar a Proposta nº 750/2018. -----
----- Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que se sentem, e já agora que se virem para a Mesa, que também ajuda.-----
----- Vamos proceder à votação. -----

----- **Proposta nº750/CM/2018**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do, PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, IND foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos agora votar a Recomendação nº 52/02, apresentada pela 8ª Comissão Permanente desta Assembleia.-----

----- **Recomendação nº 052/02 (Subscrita pela 8ª Comissão Permanente), resultante do Parecer da 8ª. CP sobre a Proposta nº 750/CM/2018**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do, PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, IND, foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 845/2018 - (SUBSCRITA PELO SENHOR VEREADOR JOSÉ SÁ FERNANDES) APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE LISBOA DA “MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DA ATRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO DESTINADA AO EXERCÍCIO, EM EXCLUSIVO, DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO”.**, NOS TERMOS DA PROPOSTA E ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO N.º1 DO ART. 25º EM ARTICULAÇÃO COM O ART.32º E AS ALS. AAA)E CCC) DO ART.º 32, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE 34 MINUTOS:-----

----- (A **Proposta 845/CM/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 4ª. Comissão Permanente** fica anexada a esta Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, Proposta 845/2018, aprovação pelo Município de Lisboa, da “Minuta de contrato inter-administrativo de delegação de competências, no âmbito da atribuição de concessão destinada ao exercício exclusivo da atividade de exploração da rede Municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão, nos termos da proposta, e das disposições legais e regimentais aplicáveis. Temos um Parecer da 4ª Comissão Permanente, a Deputada Relatora é a Deputada Municipal Irene Lopes.-----

----- Pergunto à Câmara, se quer apresentar a proposta? Senhora Vereadora Paula Marques tem a palavra para apresentar a proposta.-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigada Senhor Presidente, a proposta que vem hoje em agenda, tem a ver com o fim do contrato de concessão. Digamos, que a distribuição de rede baixa tensão é a rede doméstica. E portanto, são estas as condições que a rede de melhoria de

fornecimento de energia à casa de cada uma e de cada um de nós no final, havendo o final deste contrato de concessão, seja de Município a Município. -----

----- Aquilo que se vem propor é que seja delegado esta renegociação do contrato, na área Metropolitana de Lisboa. Isto foi acolhido por um conjunto alargado de número de Municípios, nomeadamente, Amadora, Seixal, Setúbal, Barreiro, Alcochete entre outros, para que se possa ganhar eficácia. A uma escala de eficácia e também, na gestão dos recursos, naquilo que é, e que eu acho uma das coisas mais importantes ser o bom fornecimento, quer no aumento da rede de distribuição, quer na qualidade do serviço que é prestado às famílias na área Metropolitana de Lisboa. -----

----- E portanto, é isto que se vem hoje propor. É que se confirme, a delegação na Área Metropolitana de Lisboa, para a negociação, ou renegociação, da concessão do fornecimento deste serviço. -----

----- Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora, muito bem sintetizada a proposta. -----

----- Tenho a indicação que a Senhora Deputada Irene Lopes, prescinde da apresentação do Parecer da 4ª Comissão Permanente. -----

----- E a segunda Senhora Secretária, diz-me que não temos mais inscrições para este ponto. -----

----- Confirmando-se que não existem inscrições. -----

----- Vamos passar à votação da proposta. Proposta nº 845/2018 – Aprovação pelo Município de Lisboa - “Minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão. -----

----- **Proposta nº 845/CM/2018**, votos contra do D.M. Rui Costa, abstenção do CDS-PP, BE e PAN, votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, MPT e 8 IND. A **Proposta nº 845/CM/2018** foi aprovada por maioria.-----

----- Temos a indicação que o Senhor Deputado Rui Costa apresentará uma Declaração de Voto escrita.”-----

----- (A Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa, até à presente data, não foi entregue nos serviços). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos. Eu tinha um pedido do Partido Social Democrata, para que este ponto pudesse ser debatido mais tarde. -----

----- Microfone à bancada do PSD, por favor, para ver se mantém. A indicação que eu tinha era em razão de um compromisso do Deputado António Prôa que ia fazer a apresentação em nome do PSD, e eu pedia ao Plenário se poderíamos debater este ponto mais tarde. Mas dou a palavra ao Deputado Luís Newton enquanto líder da bancada. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente, eu julgo que o Senhor Presidente em exercício já resumiu de certa forma a apresentação desta proposta, estava era na perspetiva que pudesse ser desenvolvida pelo Senhor Deputado António Prôa que é simultaneamente Presidente da 8ª Comissão de Mobilidade e Transportes da Assembleia Municipal de Lisboa. E portanto, se pudéssemos no âmbito das propostas do PSD adiantar a discussão das restantes propostas, atrasando esta na Ordem de Trabalhos de hoje. Era esta a proposta que tínhamos feito antes do início da Ordem dos Trabalhos. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada. Perguntava se alguém se opõe? Ninguém se opondo, vamos fazer assim. Agradecia à bancada do PSD, se nós não nos apercebermos da chegada do Senhor Deputado António Prôa, que nos indiquem para podermos retomar este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 002/PSD/2019 – SOBRE OS RECENTES ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO SEIXAL, UM BAIRRO DE GÉNESE ILEGAL COMUMMENTE DESIGNADO POR JAMAICA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS.** -----

----- (A Proposta de Deliberação 002/PSD/2019 fica anexada a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante.)-----

----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 001/PS/2019 – SOBRE OS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS, NO BAIRRO DA JAMAICA, NO SEIXAL;** -----

----- (A Proposta de Deliberação 001/PS/2019 fica anexada a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Assim sendo, vamos proceder a discussão do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, Apreciação da Proposta de Deliberação 002/PSD/2019, sobre os recentes acontecimentos ocorridos no Seixal, num bairro de géneses ilegal comumente designado por Jamaica, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis. -----

----- Não sei se a Senhora Segunda Secretária já tem indicação de quem, pela bancada do PSD, apresentará a proposta. -----

----- Senhor Deputado Luís Newton tem a palavra para apresentar esta proposta de deliberação. -----

----- Dar também nota que vamos igualmente debater uma proposta, a Proposta 01/PS/2019, apresentada naturalmente pelo PS, como a própria classificação indica e é a deliberação sobre os acontecimentos ocorridos no bairro da Jamaica no Seixal e portanto, penso que também já teremos a indicação e daremos a palavra a seguir ao Partido Socialista enquanto proponente desta proposta. -----

----- Agora a palavra ao Deputado Luís Newton em nome do Partido Social Democrata;-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, membros do executivo aqui presente. -----

----- Uma sociedade moderna e justa deve ela exercer o seu modelo civilizacional em duas dimensões fundamentais. -----

----- Em primeiro lugar uma natural preocupação pelo próximo. Portugal viveu um pós 25 de Abril muito característico em períodos pós revolucionários, acentuado pela decisão de renúncia à gestão das ex-comunidades ultramarinas, como resultado uma primeira vaga de portugueses retornaram à ex metrópole forçados a abandonar a sua qualidade de vida, os seus pertences e as suas economias, estimam-se serem mais de seiscentas mil as pessoas que de um dia para outro vieram na sua esmagadora maioria ficar espalhados por Lisboa e cidades da área metropolitana. Foram todos recebidos da mesma forma, sem discriminação porque são portugueses, ou porque escolheram ficar em Portugal, foram recebidos em condições desacuadas e em situações em que há 40 anos eram consideradas temporárias. E temporárias continuaram. -----

----- Durante os últimos 40 anos mais procuraram Portugal e viram-se atirados para essas mesmas condições. -----

----- Hoje muitos ainda vivem em bairros degradados, como é o caso do Bairro da Jamaica, as condições em que vivem aqueles portugueses não podem, e não devem ser, uma realidade do século XXI. Todos nos devemos unir para que a pessoa humana tenha todas as oportunidades de construir a sua felicidade, sem que ela dependa de terceiros, e esta é a tradução de uma genuína preocupação pelo próximo, contribuir para a sua autonomia enquanto indivíduo. -----

----- Em segundo lugar, por uma genuína convicção que devemos respeitar as forças de segurança em todas as dimensões o baluarte da democracia moderna, seja do ponto de vista da convicção na justiça e correção da sua atuação, seja na confiança de que em Portugal se essa atuação for menos adequada existem os meios e os mecanismos necessários para garantir que os maus exemplos não levem o todo pela pequena parte. -----

----- Isto porque queremos uma sociedade coerente, queremos que todos os bairros tenham condições e que entre essas condições possa estar o direito fundamental de viver em segurança.-----

----- Todos merecem qualidade de vida e todos merecem segurança e é para isso que devemos trabalhar. E àqueles que têm responsabilidades acrescidas das Assembleias de Freguesia à Assembleia da Republica deve ser exigida ponderação acrescida para evitar incendiar essas mesmas comunidades. -----

----- E por fim, não posso deixar de saudar a grandeza de espírito das forças de segurança presente em vários momentos, com especial incidência no seu compromisso em assegurar a segurança de todos incluindo daqueles que criticam dura

e injustamente a sua atuação tudo fazendo para minimizar a sua eficácia junto das populações que servem.-----

----- A todos, bem-haja.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, estava ali a verificar com os serviços se todos os partidos proponentes de documentos têm um minuto á crescer aquele que está na grelha.-----

----- E agora a palavra ao orador inscrito pelo Partido Socialista para apresentar a proposta sobre este mesmo tema, pelo PS.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão PS-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs a razão de ser da apresentação da nossa proposta é porque, efetivamente, nós não podíamos votar de modo nenhum a proposta apresentada pelo PSD. Aliás, foi tão claro que a proposta do PSD é inconcebível, que o Senhor Deputado que me antecedeu não falou nem da Jamaica, nem da proposta.-----

----- Efetivamente, eu conheço o Bairro da Jamaica, não fui lá agora, já fui lá há muitos anos. Conheço o Bairro da Jamaica e conheço muita coisa do Bairro da Jamaica. Eu recordo-me por exemplo, nos tempos felizmente em que havia atividade cultural no Bairro da Jamaica; o Teatro de São Tomé, por exemplo, os Santomenses que nunca foram falados, têm uma grande presença no Bairro da Jamaica.-----

----- No Bairro da Jamaica, por exemplo já não há cabo-verdianos. Mas há Angolanos. É preciso conhecer os bairros para saber falar das coisas. Além disso também devo dizer, também me recordo, isto também é importante dizer a homenagem que quero prestar às forças de segurança, do tempo em que as forças de segurança faziam jogos de futebol com os miúdos do bairro. Infelizmente, foram práticas que se perderam, mas que realmente valiam a pena ser, voltar a haver porque efetivamente duas práticas que havia em muitos bairros.-----

----- O que nós pretendemos é que aqueles acontecimentos não se voltem a repetir, nem que sejam objeto de aproveitamentos políticos inadmissíveis. Seja quem for, mesmo os que pretendem usar aqueles acontecimentos para campanhas.-----

----- Os acontecimentos da Jamaica têm a ver com uma questão, têm a ver, para além do empolamento das redes sociais, porque a questão, por exemplo, fala-se do Bairro da Jamaica, no texto apresentado pelo PSD diz-se e repudia-se a manifestação de vinte um de janeiro, eu quero dizer para que fique escrito, que a manifestação de vinte e um de janeiro nada teve a ver com os cidadão do Bairro da Jamaica, teve a ver com o facto de muita gente a ter convocado pelas redes sociais, mas não teve a ver com os cidadãos do Bairro da Jamaica.-----

----- A Associação Pós Centro Social, desenvolvimento social do vale dos chicharos, manifestou-se dizendo, claramente, que não apoiava a manifestação de vinte e um de janeiro, como não apoiou a manifestação frente à Camara do Seixal, e estava até a ver com a população, e é referida no texto do PSD, mas nada teve a ver com as associações locais que trabalham dia a dia no quotidiano do Vale dos Chicharos. -----

----- Por outro lado, queria aproveitar para dizer o seguinte, o Vale da Jamaica é o resto, efetivamente, dum bairro, dum trabalho de realojamento, mas como não tenho muito tempo, eu permito-me terminar, e como podem, antes de ser acusado de não estar porventura na linha justa, queria dizer o seguinte, eu queria a propósito da Jamaica e como não posso dizer tudo o que queria dizer, queria dizer o seguinte, queria terminar com as palavras do Senhor Ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita....”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra interrompeu, dizendo o seguinte: -----

----- “Pelos vistos tem tempo cedido Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, continuou: -

----- “Então dá-me para ler as palavras do Senhor Ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita: *O Realojamento do Bairro da Jamaica, é esse sim, a grande ação de segurança e de inclusão que este governo está a fazer em ligação com a autarquia do seixal ao fim de décadas de esquecimento ... (que lamentamos naturalmente essa décadas de esquecimento) Jamaica somos todos nós e por isso esta menção da segurança nas respostas Obama é fundamental.*” -----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, foi no exato momento, não precisar do tempo cedido usar dois segundos do tempo cedido pelos Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes.-----

----- Vamos prosseguir agora com os oradores inscritos para este ponto.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, respetiva mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público. -----

----- Já muita coisa se disse sobre o Bairro da Jamaica, sobre os acontecimentos do Bairro da Jamaica. -----

----- Eu vou ser muito breve. O PCP não alimentará corrente dos que a propósito dos factos concretos e pontuais, agem para os generalizar. Fazê-lo seria gerar um ambiente de insegurança e de intranquilidade. -----

----- Como é público, a PSP abriu um inquérito dos acontecimentos ocorridos em Vale de Chicharos de eventuais situações de recurso a violência não justificada,

naturalmente condenável e que deve ser prevenida, não podendo contribuir para desvalorizar as forças de segurança e dos seus profissionais. -----

----- Naturalmente, também votaremos contra o documento do PSD.-----

----- Muito Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à proposta apresentada pelo PSD sobre os acontecimentos no Bairro de Vale de Chicharos, também conhecido por Bairro da Jamaica, no Seixal, Os Verdes consideram que é lamentável que o objetivo principal desta proposta seja fazer um ataque gratuito, numa clara provocação.-----

----- Concretamente sobre o que se passou no bairro, é necessário apurar todas as responsabilidades, e já foi aberto um inquérito e Os Verdes recusam alimentar posições que em nada ajudam a trazer a segurança e a tranquilidade, tal como também não alimentamos generalizações.-----

----- É fundamental sermos objetivos, analisar caso a caso, e procurar soluções para resolver os problemas que existem. -----

----- Condenamos o recurso à violência, não desvalorizamos a ação das forças de segurança e dos seus profissionais, que sempre nos mereceram o maior respeito e consideração, tal como também condenamos qualquer discurso de ódio. Esta tem sido a nossa posição desde sempre, e rejeitamos que um episódio possa servir para qualquer instrumentalização ou aproveitamento político. -----

----- Este documento em nada procura um clima pacífico e de resolução dos problemas. Podemos mesmo dizer que é muito pouco baseado num discurso que procure resolver o que quer que seja, mas sim acicatar e disparar em vários sentidos e isso parece-nos inaceitável.-----

----- Aliás, parece-nos mesmo muito pouco sério pegar num acontecimento e trata-lo desta forma.-----

----- Ou seja, há questões na proposta do PSD com as quais não podemos concordar e votaremos em conformidade. Por sua vez, a proposta do PS sobre o mesmo assunto é sensata e foca os aspetos essenciais, e por isso mesmo votá-la-emos a favor.-----

----- Por fim, nos considerandos da proposta é referido o falhanço das políticas sociais de esquerda, numa total distorção da realidade. Compreendemos que custe muito ao PSD ver que afinal é possível gerir o país de maneira diferente, sem roubar direitos e qualidade de vida às pessoas, mas como é óbvio Os Verdes não podem aceitar tais afirmações que fogem muito à verdade.-----

----- O que é preciso dizer é quando há convergência com Os Verdes e com as restantes forças que fazem parte desta solução governativa, é possível avançar, mas sempre que o Governo se entende com a direita, os portugueses ficam a perder.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário do BE.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Lamentamos que o PSD insista, mais uma vez, em cavalgar o populismo deste caso, prestando, mais uma vez, um mau serviço à democracia.-----

----- O que se passou no Bairro da Jamaica e nas ruas de Lisboa deve ser alvo de um processo de inquérito para se apurar irresponsabilidades e identificar responsáveis.-----

----- Saudámos, desde a primeira hora, a abertura deste processo de inquérito. É assim que deve funcionar um estado de direito, que respeite as liberdades e garantias dos, e das, cidadãos que vivem e trabalham neste País. Em causa estão pelo menos duas situações de eventual violência policial que não é admissível em democracia. Um Estado de Direito não pode permitir. -----

----- Um Estado de Direito prima pelo rigor escrupuloso e profissionalismo das forças policiais, não dando carta-branca à violência, nem à violação dos direitos dos cidadãos e das cidadãs, que é o essencial da democracia contra qualquer espécie de autoritarismo que está em causa. -----

----- E se o inquérito é necessário também o é discutir o racismo, e o racismo institucional. Isto é o que as sociedades democráticas fazem para prevenir e não permitir que cresça, porque só assim teremos democracias sólidas. -----

----- Perante denúncias que se somam e de relatórios da Amnistia Internacional da Comissão Europeia contra o racismo e a intolerância, e do Comité Europeu para a prevenção da tortura e das penas, ou tratamentos desumanos, ou degradantes, que alertam para o uso de violência e atitudes discriminatórias das forças policiais junto das comunidades racializadas em bairros sociais e de minorias étnicas. -----

----- Deve o país assobiar para o lado, ou discutir seriamente estes problemas? -----

----- Em democracia não se pode permitir o abuso, muito menos por parte de quem tem permissão, sendo esta a garantia de que vivemos num estado de direito. É assim a democracia. -----

----- E o Bloco está definitivamente ao lado da democracia e não dos desvarios populistas da direita.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte CDS-PP-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedos do CDS-PP. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Margarida Penedo, Penedo. Entretanto informar os serviços que o PSD vai beneficiar da cedência de tempo cedido pelo MPT numa próxima intervenção. E do PAN também. -----

----- Senhora Deputada tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- O CDS-PP, repudia o aproveitamento deste caso, ou de casos semelhantes a este, para promover seja discurso ódio, seja agendas de extrema direita, de extrema esquerda, de representantes de associações de qualquer grupo de pressão. Este caso, isto que aconteceu, é grave demais para que esses aproveitamentos possam ser aceitáveis. Isto por um lado.-----

----- Por outro lado, o que se passou no Bairro da Jamaica deve ser visto como um sinal de alerta e de grande preocupação. E os responsáveis pelos bairros de Lisboa deviam olhar para o que se passa aqui, nos bairros dentro do município, para garantir que as pessoas não vivem daquela maneira miserável como nós vimos que se vivia no Bairro da Jamaica. Isto por um lado. -----

----- Por outro lado, as forças da polícia também têm que ser dotadas de meios para intervir, e quando se diz meios, diz-se meios humanos, diz-se equipamento, diz-se de conhecimentos do que se passa, diz-se da estratégia, porque as relações entre a polícia e os habitantes daqueles bairros, e o resto da cidade, têm que ser normalizadas. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Próximo orador.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu julgo que é importante começar por destacar a importância que foi poder lançar o debate a esta Assembleia Municipal. -----

----- Em primeiro lugar, pela intervenção imediata que teve o Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal que me parece da maior relevância, aliás eu sugeria que esse discurso fizesse parte não só dos Deputados à Assembleia da República do Bloco de Esquerda, como dos Assessores do Bloco de Esquerda à Assembleia da República, esse sim, é um discurso responsável que vossas excelências não souberam ter na altura, e que agora querem, duma forma muito estranha, tentar produzir aqui nesta Assembleia.-----

----- Mas mais vale chegarem tarde do que nunca chegarem. E portanto, o vosso insulto às forças de segurança e o vosso insulto à normalidade do Estado, finalmente, é corrigido, e só por isso nos vemos, desde já, perfeitamente legitimados nesta proposta.-----

----- Quanto ao PCP, dar uma devida nota que me parece também ela realmente relevante. Referiram com preocupação o nosso texto, é verdade, faliram os senhores porque durante quarenta anos no Seixal os senhores não conseguiram resolver estes problemas o que é extraordinário. E portanto, vir agora aqui falar na importância da intervenção social à esquerda e do vosso modelo, quando aquilo está num estado em que está, só revela uma de duas coisas; ou os senhores vivem num universo paralelo qualquer, ou os senhores ignoram completamente as consequências das vossas ações. E isso sim, é grave. -----

----- Relativamente ao Partido Socialista, eu quero agradecer a intervenção que aqui foi feita, e dizer que nós iremos votar favoravelmente a vossa proposta, porque ela é igual à nossa. Difere apenas num único aspeto, obviamente, a iniciativa política depois a cada um fica, mas isso tem a ver com a seriedade com que nós muitas vezes avaliamos as propostas, aliás vir dizer que não falamos numa coisa, quando ela lá está escrita, eu diria que diz tudo.-----

----- Mas iremos votar, e só achamos que a vossa proposta falha num aspeto essencial é que não presta a devida homenagem aos agentes de segurança e às forças de segurança. E, por isso, só por isso, é que a vossa proposta é curta mas ainda assim nos revemos na maior parte das alíneas que lá colocam, até por um motivo muito importante, porque ao fim ao cabo mudam o português mas dizem o mesmo que nós e depois a seguir fazem o uso da vossa democracia musculada e da maioria que aqui têm. -----

----- E por fim, concordar com o CDS-PP. Eu acho que há aqui uma matéria que me parece fundamental, é que este discurso e este debate possa existir dentro destes moldes, para evitar que o extremismo que nós assistimos de uma certa extrema esquerda no início de todos estes problemas, e acrescentar uma última ponte aqui novamente em sintonia com o Partido Socialista.-----

----- É verdade uma coisa que vocês disseram aqui e tem que ser realçado, que nós procurámos também transmitir na nossa proposta mas pelos visto não foi claro. O dia vinte e um, a manifestação do dia vinte e um, nada teve a ver com o Bairro da Jamaica, teve a ver foi com os extremismos que quiseram a seguir ocupar o espaço do próprio Bairro da Jamaica. Alguns deles, devo dizê-lo, com toda a honestidade, que partem obviamente do financiamento do Estado através de assessorias do Bloco de Esquerda.-----

----- Muito Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Temos várias outras inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- O Senhor Deputado José Leitão do PS. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção, fazendo um apelo: -----

----- “Senhoras, Senhores Deputados, vamos manter a compostura e continuar com as intervenções. Todas e todos os senhores deputados, que estão a fazer apartes, podem se inscrever e usar o púlpito, é muito mais perceptível. “ -----

----- Senhor Deputado Luís Newton. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Cidadãos e Cidadãs. -----

----- “Muito rapidamente, vou dizer o seguinte. -----

----- Pois nós, não nos reconhecemos na proposta do PSD.-----

----- Iremos votar contra a proposta do PSD, porque não diz exatamente a mesma coisa que nós. Nós efetivamente, somos sensíveis às situações trágicas que existem, e que têm de ser rapidamente ultrapassadas, nós referimos, por um lado, que prestamos homenagem ao trabalho imenso de autarcas de todos os quadrantes políticos.-----

----- Eu sublinho, todos os quadrantes políticos fizeram um trabalho notável, de reabilitação urbano e de realojamento durante estes anos.-----

----- Mas, reconhecemos, que ainda há treze bairros à volta de Lisboa que precisam de realojamento, que há cerca de mil e oitocentas famílias desalojadas, e essa questão não nos pode ser indiferente. -----

----- Por outro lado, queremos, também dizer o seguinte, nós respeitamos, e eu, fiz afirmações até a título pessoal. Naturalmente que respeito as forças de segurança, mas também é preciso dizer o seguinte; as forças de segurança quando agem dentro das regras democráticas são essenciais para a democracia. -----

----- Naturalmente que é inadmissível, insultar as forças de segurança, com base em pretextos. E nós, repudiamos essa circunstância, mas também não podemos ignorar que realmente há situações e há circunstâncias, que por acaso, estão a ser apreciadas judicialmente. Também não podemos ignorar esses factos. -----

----- Agora a questão fundamental, é que, efetivamente ser preciso enfrentar os problemas, e rejeitar qualquer aproveitamento. Seja politicamente, seja de quem for.---

----- Porque efetivamente o que interessa, é resolver estes problemas para que não se repitam.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar ao próximo orador.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado, Modesto Navarro do PCP.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Gostava de dizer ao Senhor Deputado do PSD, Luís Newton, que ele não fez a guerra colonial, mas tem saudades das colónias. Este é o primeiro ponto.-----

----- E quero dizer-lhe, que retornados na família, tive muitos. Eu próprio vim de Angola e segui atentamente todo o processo de realojamento. E, sobretudo a intervenção nova que eles trouxeram para Portugal à parte de outros aspetos, digamos que aqui não devem vir. Mas, tiveram uma intervenção extremamente importante no desenvolvimento do País, os que vieram. -----

----- Bom, em relação, á questão do Bairro da Jamaica, Vale Chicharos, se calhar o PSD, está com, digamos, revolta pelo facto de não ter resolvido aquele problema e outros problemas, enquanto foi governo. Foi interrompido em dois mil e quinze, e portanto não fez as grandes obras sociais da habitação. Mas posso-lhe falar de obra de habitação social no Seixal, em Almada e em Lisboa, na década de noventa. Coisa que o PSD não continuou, não deu continuidade. E portanto, mudanças imensas que se fizeram na vida, tratam-se com dignidade, não se tratam com jogos, nem com malabarismos, nem agressões. -----

----- E em relação às forças de segurança, antes do 25 de Abril, as forças de segurança, eram o grande esteio do fascismo. Hoje as forças de segurança têm sindicatos, têm associações. E há diferenças em várias situações como bem sabemos.---

----- E nós, temos é que trabalhar para que realmente as forças de segurança e as forças armadas, tenham uma visão democrática da vida portuguesa, e participem ativamente naquilo que deve ser a segurança, mas também, o bem-estar e a continuidade do desenvolvimento no nosso país. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito boa tarde Exmo. Senhor Presidente em Exercício, restantes membros da Mesa, Exmas. Senhoras Vereadoras e Deputadas, Senhores Vereadores e Deputados, Público presente e Comunicação. -----

----- Desde logo uma questão prévia. -----

----- Por favor, não confundir o PAN, com o Bloco de Esquerda, com o devido respeito que nos é merecido, pois somos um partido de causas e não de esquerda como assumidamente o é o Bloco de Esquerda.-----

----- Em relação ao debate que aqui nos trás hoje, dizer apenas, que é importante que se centre aquilo que é um debate essencial, que não deve obviamente ficar alheio aos eleitos e às eleitas, que é precisamente o combate às desigualdades sociais. -----

----- Já aqui falámos muitas vezes nesta casa da democracia sobre precisamente a necessidade de existirem habitações condignas, condições para de facto recuperarmos as populações que de alguma forma possam estar em algumas áreas da cidade e que

de alguma forma ainda não estejam recuperadas. E, acima de tudo, manter também a nossa confiança naquelas que são as forças de segurança.-----

----- Jamais, podemos tomar aqui, o todo pela parte. Temos homens e mulheres, que têm dado de facto a sua vida e dedicado o seu trabalho à segurança de todas e todos nós. -----

----- E portanto, são para eles também momentos difíceis e de grande provação. -----

----- Não podemos descorar, e manter a confiança, naquilo, que foi um ato obviamente infeliz, e que esperamos que de alguma forma seja repostado e investigado em sede própria, que não é nesta Assembleia.-----

----- Dizer por isso mesmo, que não nos iremos pronunciar em relação a esses factos.

----- As restantes questões, dizem respeito às vidas internas de cada uma das forças políticas, mas, obviamente que é um debate em que todos nós não podemos de facto descurar. E que em Lisboa, não se repitam esse tipo de episódios. E lutarmos para que os bairros da cidade possam ter uma vida condigna e o direito à habitação. E que também, os nossos polícias tenham formação adequada para combater fenómenos, como o racismo e as desigualdades sociais, porque também eles precisam de um olhar atento desta Assembleia, nomeadamente, nas condições em que trabalham. -----

----- Muito Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Microfone à bancada do Partido Social Democrata. -----

----- Temos um pedido de defesa da honra da bancada, Senhor Deputado Ribeiro Rosa, em nome da bancada do Partido Social Democrata.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, sou rápido.-----

----- Só não quero deixar em branco, talvez, as pessoas estejam tão habituadas a dizer tudo o que querem, porque estamos em democracia que nós lhes damos, como não lhes davam, como se fosse no regime tutelado por esses senhores. -----

----- O que quero dizer, é que também não quero passar em branco, e sinto-me ofendido, é quando se tenta criar a ideia de que na gestão do PSD, nomeadamente a do Presidente Pedro Santana Lopes, que nada se fez nesta Câmara Municipal de Lisboa. É falso, completamente falso, e não permito. Acho que é inacreditável, e tenho legitimidade própria para falar, porque era Chefe de Gabinete dele. -----

----- Portanto, é uma vergonha que se tente omitir tudo o que foi feito, e não foi só as casas dos diferentes bairros que beneficiaram. E há números sobre isso, foi, não se limitar, a fazer apenas cubículos como fazem no Seixal sem varandas, porque são pobrezinhos, mas fazer casas, bairros com algumas varandas, e ter cuidado com os espaços verdes à volta. Foi tudo arranjado na gestão Santana Lopes, está registado, o terem mentido, o que os senhores disseram. E a verdade, seja posta acima.-----

----- Não podemos ter medo dessa gente, ponto.-----

----- A verdade que seja sempre registada. Vêm para aqui dizer mentiras constantemente, umas mentiras ditas, que às tantas parecem ser verdade. E isto, ofende-nos.-----

----- Nós estamos aqui todos a tratar da coisa pública.-----

----- Portanto, muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado senhor Deputado, com a necessária latitude, mas também tentarmos manter alguma civilidade no relacionamento entre nós, quando nos dirigimos uns aos outros.-----

----- Microfone à bancada do Partido Comunista Português, ao Senhor Deputado Modesto Navarro, naturalmente também, para dar explicações uma vez que foi o autor da intervenção que suscitou o pedido de defesa de honra da bancada do PSD.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dar explicações com calma.-----

----- Nesta perspetiva, realmente, o trabalho mais importante da década de dois mil, do PSD, na Câmara de Lisboa, foi a troca Parque Mayer - Entrecampos, essa grande vigarice, que aqui tivemos todos de combater. E combatemos. Porque até através de uma fotocópia enviada para a Assembleia Municipal por aquele senhor que ali está, uma fotocópia, de um ofício da empresa interessada, queriam que significasse aqui prova, em como esta Assembleia tinha aprovado o direito de preferência. E nós desfizemos essa mentira. E hoje, a situação está normalizada. Digamos assim, em andamento, mas naquele tempo foi uma vigarice completa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Deputado normalmente esta intervenção, suscita novo pedido da defesa da honra por parte da bancada do Partido Social Democrata. Microfone, à bancada do PSD.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados vamos criar condições.-----

----- Bancada do Partido Socialista também, para que todos os oradores se possam fazer ouvir e também para que possamos, rapidamente, ultrapassar este incidente. E que as intervenções de cada um, não suscitem a continuação pela utilização das expressões utilizadas.-----

----- Partido Social Democrata para a defesa da honra da bancada, três minutos.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, em defesa da honra da bancada, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente com a devida vénia, não posso deixar de ficar espantado com esta intervenção.-----

----- Para além de descer a este patamar da vigarice, de chamar vigarista, no fundo está a chamar vigarista, a uma gestão, a todo um partido.-----

----- O que dizer das recentes notícias que vieram na comunicação social do excelente trabalho feito pela autarquia do Seixal na Quinta da Atalaia, em benefício da festa do avante. Isto é vir falar de vigarice da gestão do PSD, quando estamos a falar de um bairro da Autarquia do Seixal, gerida pelo PCP. -----

----- Há largos anos, penso sempre desde que estamos em Democracia, desde o 25 de Abril, nas recentes notícias que vieram em toda a comunicação social sobre o excelente trabalho feito pelo PCP na Quinta da Atalaia, e pelo Município do Seixal. ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Deputado Ribeiro Rosa, eu vou-lhe dar a palavra, porque o PSD tem tempo, e nós podemos repartir, os três minutos e a defesa da honra da bancada, por dois deputados. Mas não é pegar no microfone e desatar a falar senhor deputado. Eu percebo o calor do debate, vamos manter o debate, mas também manter os procedimentos. -----

----- E já agora agradecia à bancada do CDS-PP, que também se quiser pedir a palavra também pode pedir, mas também que diminuísse o volume dos apartes que também não contribui para este momento. -----

----- Portanto Senhor Deputado Ribeiro Rosa, ainda tem tempo de intervenção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- O que me magoa mais, e na má-fé que existe daquele lado da direita extrema, muito extrema, tocam-se? É que de facto, aquele senhor, era o Presidente da Assembleia Municipal na altura, e tivemos algumas conversas sobre esta matéria, e sabe perfeitamente quem tomou a iniciativa de mandar toda aquela documentação do Parque Mayer, para o Tribunal de Contas, para a Procuradoria-Geral da República e ainda mais, para outra entidade que não me estou a lembrar, foi o Pedro Santana Lopes. Isso aí, só os registos, não há nada a ser contra. -----

----- Portanto, se houvesse alguma coisa a temer, não tinha feito isso. E agora confundir os bairros sociais, com o Parque Mayer, é só de quem está completamente a leste dos problemas de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro podemos prosseguir, ou ainda não? É regimental Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Ó Senhor Presidente, eu estive quase para fazer uma interpolação à mesa. -----

----- Mas não quis cortar, digamos, o decorrer das coisas, porque em relação à defesa da honra, a pessoa que provavelmente terá ofendido, dá explicações e encerra o processo. Não há mais. -----

----- Pronto. Mas isto, é que é regimental. -----

----- Agora houve mais insinuações, e houve a festa do avante. Por acaso, tive uma certa satisfação de receber na festa do Avante, o atual Presidente da República, quando era candidato à Presidência. Aquilo é uma grande festa, é uma festa notável, tão notável, que andou por lá, passeou, e outras pessoas” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra solicitou:-----

----- Senhores Deputados, vamos deixar o Senhor Deputado Modesto Navarro prosseguir. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, deu continuidade à sua intervenção:-----

----- Com calma! Com calma! É uma grande festa, tem muita gente, eu já lá trabalhei, dei uma queda, não posso trabalhar, mas fui um grande marceneiro em muitos anos da festa do Avante, tudo de graça, com transporte pago por mim. -----

----- Agora, queria dizer o seguinte. -----

----- Sim, o Doutor Pedro Santana Lopes enviou o processo, mas enviou o processo, quando a Conferência de Representantes da Assembleia Municipal, anunciou publicamente que ia enviar o processo Parque Mayer – Entrecampos para três entidades. Ele disse que não valia a pena a Assembleia enviar, que enviava ele. Mas nós enviámos, e fizemos bem em ter enviado.-----

----- Mas lembrem-se, só de uma vez, esta Câmara, ter de pagar duzentos milhões de euros por causa disso tudo, desse negócio e o que virá ainda. -----

----- Portanto, fechemos por aqui, acho que o assunto já está resolvido, esclarecido.---

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado -----

----- Senhor Deputado Ribeiro Rosa, agora, a honra não foi ofendida.-----

----- Há pouco o Senhor Deputado Modesto Navarro, não tinha razão, porque quando deu explicações, suscitou nova intervenção.-----

----- Interpolação à mesa, Senhor Deputado, muito bem. -----

----- Quer fazer uma interpolação à mesa ou uma intervenção? Que ainda tem tempo.

----- Microfone ao Senhor Deputado Ribeiro Rosa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ribeiro Rosa (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Presidente da Mesa, muito obrigado mais uma vez, por ter paciência de me aturar desta vez, mas há coisas que realmente às vezes não se podem deixar passar. -----

----- É o seguinte, de facto, toda esta questão do Parque Mayer, foi devido a uma decisão, no então Presidente da República, em ter autorizado, foi um erro gritante para a cidade de Lisboa, que o Casino de Lisboa ficasse no Parque Mayer, toda esta embrulhada foi ocasionada nessa matéria. E há uma outra, quando foi o tal golpe de

Estado entre aspas, “Palaciano”, não foi da demissão porque não tinha documentos, por mais que eu devotasse na imprensa.-----

----- Quando eles dissolveram a Assembleia da República e trouxeram o Sócrates para o governo, foi sempre o Jorge Sampaio, Presidente da República que esteve por trás desses casos, está a ver? Foi persigo para a Câmara de Lisboa e para o Casino.

----- E depois, na altura em que tivemos o Engenheiro Sócrates no Governo, por causa daquele corte abrupto, foi um autêntico golpe de estado. E qual eu chamei como autarca na minha Assembleia de Freguesia, o batoteiro de Belém, porque foi batota política. E aqui, foi pena o Casino não ter lá ficado. Hoje estamos a pagar caro na Cidade de Lisboa, o Casino de Lisboa não ter ficado no Parque Mayer, foi um erro brutal, ficava ali um nicho de segurança”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, podemos concluir.-----

----- É um ponto, encaramos a interpolação à mesa como um momento também didático, em que para aqueles que já cá estavam, e estamos a recordar alguns momentos animados para os Deputados mais recentes nesta casa.-----

----- Mas eu pedia que avançássemos.-----

----- Vamos dar a palavra ao CDS-PP, ao Deputado Diogo Moura.-----

----- Também para uma interpolação à mesa, com a mesma latitude, mas depois agradecia que pudéssemos continuar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não Senhor Presidente, era exatamente indo ao encontro das suas palavras, dizer que o que tivemos agora aqui, não foram defesas de honra. Acho que este debate começou no Seixal e acabou no Parque Mayer, não dignifica, e diminui esta Assembleia.-----

----- E ainda ontem, nós perguntávamos porque é que cada vez temos menos público na Assembleia Municipal e porque é que cada vez temos menos pessoas a ver o direto na Internet.-----

----- Eu acho que este é um dos exemplos que nós não devíamos prosseguir.-----

----- E pedia que passássemos à votação.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Segunda Secretária, temos inscrições?-----

----- Não temos inscrições. Vamos então passar à votação das propostas.-----

----- Agradecia que se sentassem, e que saíssem do recinto da votação, aqueles que não são deputados municipais.-----

----- O PAN, pede votação por pontos, da proposta do Partido Social Democrata, nova versão. Algum ponto específico ou todos?-----

----- Microfone à Senhora Deputada do PAN.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Separação por Pontos, dois e três”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito bem. Vamos proceder à votação em primeiro lugar a Proposta 002/PSD/2019, votando primeiro os pontos dois e três, depois votamos a proposta apresentada pelo Partido Socialista.-----

----- Vamos então votar o ponto dois da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata. Alguma dúvida Senhor Deputado?-----

----- Vamos votar a Proposta de Deliberação 002/PSD/2019, com o pedido do PAN para votarmos autonomamente os pontos dois e o ponto três. Portanto, votaremos o ponto dois e depois o ponto três e depois os restantes pontos da Moção.-----

----- Vamos então dados os devidos esclarecimentos votar o Ponto dois desta Proposta.-----

----- **Proposta nº 002/PSD/2019, Ponto 2** -Votos Contra do PS, PCP, BE, PEV, 9 IND, Votos a Favor do PSD, CDS-PP, MPT, e a Abstenção do PAN. O **Ponto 2 da Proposta nº 002/PSD/2019 foi Rejeitado.**-----

----- Vamos agora votar o Ponto três.-----

----- Mais uma vez agradecia que se sentassem, que não circulassem na sala neste momento. Vamos votar o Ponto três desta Proposta.-----

----- **Proposta nº 002//PSD/2019, Ponto 3** - Votos Contra do PS, PCP, BE, PEV, 9 IND, Votos a Favor do PSD, CDS-PP, MPT, e a Abstenção do PAN. O Ponto 3 da **Proposta nº 002/PSD/2019 foi Rejeitado.**-----

----- Vamos proceder, agora sim, à votação em bloco, os Pontos 1, 4, 5 e 6.-----

----- **Proposta nº 002/PSD/2019, Pontos 1, 4, 5 e 6,** Votos Contra do PS, PCP, BE, PEV, 9 IND, Votos a Favor do PSD, CDS-PP, PAN e MPT. Os Pontos 1, 4, 5 e 6 da **Proposta nº 002/PSD/2019, foram Rejeitados.**-----

----- Os restantes pontos desta Moção foram também Rejeitados, Portanto, a Proposta do Partido Social Democrata foi rejeitada na sua integrabilidade-----

----- Senhor Deputado Municipal Rui Costa quer uma Declaração de Voto escrita sobre esta Proposta.-----

----- (A Declaração de Voto do Senhor Deputado Rui Costa não deu entrada nos serviços até à presente data)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos agora votar a proposta apresentada pelo Partido Socialista, 001/PS/2019”.-----

----- **Proposta nº 001/PS/2019.** Não há Votos Contra, nem Abstenções, Votos a Favor, do PS, PSD, CDS-PP, PEV, MPT, 9 IND, PCP, BE, PAN. A **Proposta nº 001/PS/2019 foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Encerramos o Ponto 4.-----

----- E o Senhor Deputado Luís Newton, microfone ao senhor Deputado, para apresentação duma Declaração de Voto Oral nos termos regimentais, sobre as votações que ocorreram. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, agradecia que se criassem condições para ouvir o Senhor Deputado Luís Newton”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Senhor Presidente agradecer e lamentar que esta Assembleia tenha rejeitado, manifestar os desejos de rápida recuperação à Agente Policial ferida com a maior gravidade num incidente ocorrido na Gare do Oriente no dia vinte e três de janeiro de dois mil e dezanove. É de lamentar que a esquerda tenha tomado esta posição nesta Assembleia”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Já agora podíamos manter o microfone na bancada do Partido Social Democrata. Por favor. Para perguntar à bancada do PSD, se podemos voltar ao ponto três, uma vez que o Senhor Deputado António Prôa já deu entrada na sala”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente eu solicitava que mantivéssemos a ordem e que esse ponto passasse para o final das nossas propostas. Que se mantenha no final das nossas propostas se não prejudicar os trâmites”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então passar para o ponto cinco da Ordem de trabalhos, voltaremos depois ao Ponto três “. -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 003/PSD/2019 – FIM DAS MOCHILAS ESCOLARES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS: 34 MINUTOS.** -----

----- (A Proposta de Deliberação 003/PSD/2019 fica anexada à presente Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante.) -----

----- **RECOMENDAÇÃO 052/04/PAN – INSTALAÇÃO DE CACIFOS NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO DO MUNICÍPIO.** -----

----- (A Recomendação 052/04 do PAN fica anexada à presente Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Municipal Mafalda Cambeta do PSD -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mafalda Cambeta (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Exmo. Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos, Senhores Deputado, Público presente. -----
----- Dirijo-me hoje, a vós, após uma Petição com mais de cinquenta mil subscritores, ter levado à Assembleia da República, para aprovar medidas com o propósito de reduzir o peso das mochilas escolares.-----
----- Estas medidas, foram aprovadas há mais de um ano, e até agora lamentavelmente o governo nada fez. -----
----- O problema persiste sem resolução, e as medidas por aplicar, continuando as crianças carregadas com excesso de peso nas suas mochilas.-----
----- O projeto de resolução foi aprovado por unanimidade, por todas as cores políticas, havendo consenso na matéria. -----
----- Então porque não vimos seguimento? -----
----- As nossas crianças continuam dia após dia, sobrecarregadas com o peso da inação. -----
----- Uma mochila, com todos os livros e material escolar, pode chegar a pesar mais de onze quilos. Onze quilos às costas de uma criança. Onze quilos entre uma criança que acarreta graves problemas de saúde. Esta é uma situação, que carece de uma resposta rápida e eficaz.-----
----- É do entendimento do Grupo Municipal do PSD, que o Município de Lisboa não pode permanecer alheio a este problema, ignorando sem encontrar uma resposta para as crianças da cidade de Lisboa. -----
----- A educação é um dos pilares fundamentais da sociedade.-----
----- Entendemos, que este problema deverá ser aliado a uma solução tecnológica, o ensino para ser protegido, tem de ser modernizado. -----
----- Cabe à capital do nosso país liderar, pelo exemplo, e apostar na inovação sustentável. -----
----- E é, com esta visão que propomos uma solução moderna e eficaz. -----
----- Acreditamos que a solução passa pela adoção dos manuais escolares em formato digital, permitindo ultrapassar os condicionalismos do excesso de peso das mochilas, criando uma forma pedagógica interativa, estimulando o conhecimento através da tecnologia. -----
----- Cremos que a substituição do papel pelo digital, tem o potencial de monitorizar inúmeros ganhos económicos e fundamentais para o Estado e para a cidade de Lisboa. -----
----- A solução dos problemas dos nossos jovens é fundamental na aposta do nosso futuro. Por isso, preparemos o amanhã. -----
----- Em relação à proposta do Partido PAN, relativa aos cacifes. -----
----- Os cacifes são insuficientes, porque o que acontece na maior parte das escolas de Lisboa é os trabalhos de casa que as crianças têm que levar para casa, têm que continuar a levar os livros e os cadernos, por isso, é insuficiente, porque a criança continua a acarretar todo este peso. -----
----- Obrigada”. -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada”. -----

----- Vamos agora dar a palavra ao PAN, para apresentar a **Recomendação n° 052/04**, Senhora Deputada Inês Sousa Real”. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez boa tarde.-----

----- Trazemos hoje, à vossa consideração uma recomendação, que visa precisamente assegurar a saúde e o bem-estar das crianças e jovens da nossa cidade durante o seu percurso escolar. -----

----- É sabido efetivamente, que o peso das mochilas escolares, não deve ultrapassar dez a quinze por cento do peso corporal das crianças ou adolescentes, sendo que, o peso das mochilas com livros e material escolar exigido é superior ao que é clinicamente recomendado. De acordo com o estudo da DECO, cinquenta e três por cento das crianças do quinto e sexto ano, transportam mochilas com uma carga acima do recomendável pela Organização Mundial de Saúde. -----

----- Mais recentemente a própria DECO, também, estudou uma outra amostragem de cento e setenta e quatro crianças, em que sessenta e seis por cento das crianças mostrava carga excessiva às costas.-----

----- Este excesso de peso nas mochilas escolares, pode provocar dores nas costas, alterações na marcha e na própria postura. -----

----- Cabe-nos também, enquanto, eleitas e eleitos, acautelar a saúde e o bem-estar das crianças e jovens.-----

----- Pelo que recomendamos, que em articulação com o Governo, sejam colocados cacifes em todos os estabelecimentos públicos escolares, do ensino básico e secundário, em Lisboa. E que, seja, incentivada a instalação de cacifes nos restantes estabelecimentos escolares do Município. -----

----- Isto permitiria efetivamente, que os alunos e alunas, possam guardar os seus livros e materiais nos cacifes, e que transportem consigo apenas o essencial, para que a sua saúde não seja prejudicada. -----

----- Esta medida, deve ser vista como complementar precisamente à Proposta do PSD, uma vez, que acompanhamos a necessidade de desmaterialização e até mesmo de informatização do sistema de ensino. -----

----- No entanto, e uma vez que é necessário acautelar também, o impacto que possa ter o uso excessivo de meios informatizados nas crianças, todas aquelas medidas de que alguma forma possam complementa-rizar e reduzir essa exposição, devem estar em cima da mesa. E portanto, apresentámos então esta iniciativa, mas iremos também acompanhar e votar favoravelmente a proposta do PSD “. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Vamos passar então aos oradores inscritos para este ponto”. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a Palavra o Senhor Deputado Municipal Mário Freitas do MPT ”. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a
seguinte intervenção -----
----- “ Muito obrigado. -----
----- Exmo. Senhor Presidente em Exercício, Exmos. Senhores Vereadores, caros
Colegas e Público presente. -----
----- Em primeiro lugar, cumpre recordar que na última década, os gadgets digitais
passaram a ser usados, como se de chuchas e calmantes se tratassem neste século
XXI. -----
----- Começando os resultados a aparecer: as crianças e jovens, que têm hoje, muito
mais “tempo de ecrã” do que é aconselhado pelos especialistas, excedendo em larga
medida as duas horas/dia recomendadas. Isto sem levar em linha de conta outros
indicadores de Saúde Pública (como a taxa de obesidade infantil). -----
----- Para este debate, entendemos que, acabar com o papel nas salas de aulas, é um
perigoso incentivo à superficialidade do conhecimento e à incapacidade de
concentração. -----
----- Sabemos que, os alunos das nossas escolas, continuam a “carregar mochilas
com pesos excessivos”, e a maioria do Parlamento Nacional, entendeu, que “a
desmaterialização dos manuais escolares, constitui um instrumento capaz de
contribuir significativamente para o objetivo de aliviar os estudantes dos pesos que
transportam diariamente para a escola”. -----
----- A proposta aprovada, faz uma alteração à lei 47/2006, introduzindo uma alínea
no artigo 2º, que acrescenta, “o fomento e generalização da desmaterialização dos
manuais escolares”, entre os critérios tidos em conta, nos princípios orientadores do
regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares. -----
----- Com esta alteração à lei, o governo, é forçado a tomar medidas que acelerem e
generalizem a adoção dos manuais digitais, havendo já escolas, a testar este método
em projeto-piloto. A transição para o formato digital, será, aliás, acompanhada pela
distribuição gratuita dos manuais escolares, que o governo quer alargar até ao 12.º
ano, dentro de dois anos. -----
----- Recordo, que foi assim, que Silicon Valley e a Google, em particular, tomaram
conta das salas de aula nos Estados Unidos da América, onde os e-books, começam a
estar em maioria face aos livros em papel. Em Inglaterra, adotou-se o mesmo
caminho. Mas, a verdade, é que está longe de estar provado, que uma
desmaterialização integral dos recursos educativos, traga vantagens inequívocas para
os jovens a longo prazo, para além da redução do peso das mochilas e das
significativas poupanças para os Orçamentos do Estado. -----
----- Somos um povo, com um claro défice de leitura e de literacia ,e vamos privar as
nossas crianças do contacto e do manuseamento dos livros, impedindo a criança, de
ter um desenvolvimento emocional, social e cognitivo indiscutíveis, proporcionado
pela leitura de um livro. -----
----- Medidas, como, abordar a necessidade da existência de cacifos nas escolas, e
um melhor planeamento das tarefas dos alunos, de forma, a evitar a tendência das

crianças, para tudo levarem para as aulas, parece-nos a nós, bem mais eficazes e sem qualquer prejuízo de aprendizagem no futuro. -----

----- Caros Colegas. -----

----- Começamos, pelos manuais escolares gratuitos, (há bem pouco tempo) e agora já pensamos na sua erradicação e substituição por tablets e e-books. -----

----- Amanhã, iremos perceber que afinal os livros são insubstituíveis e que o fenómeno das estantes vazias irá denunciar uma pobreza cultural e um retrocesso civilizacional. -----

----- Sendo assim, abtemo-nos na proposta de deliberação 003/PSD/2019- Fim das Mochilas Escolares. -----

----- Por outro lado, acompanharemos favoravelmente, a recomendação do PAN, por ir ao encontro daquilo que entendemos ser o correto. No que diz respeito às medidas a adotar, em prol da redução do peso das mochilas escolares”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado”. -----

----- **A Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Gonçalo Moita do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Moita (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- O CDS, naturalmente, acompanha as preocupações que estão subjacentes à apresentação desta proposta e desta recomendação, naturalmente, não sendo uma matéria nova, não deixa por isso, infelizmente, de manter toda a atualidade, qualquer um de nós, que acompanhe o quotidiano de um jovem e de uma criança estudantes perceberão isso mesmo. -----

----- E naturalmente, acompanhamos isto na consequência, de várias iniciativas tomadas, quer Nacional, quer Internacionalmente a este nível. -----

----- Chamamos, a tenção, relativamente à Proposta do PSD, na sequência de muitas iniciativas que houve já da DECCO, da Sociedade Civil, de Petições Públicas e até de trabalhos parlamentares, para que esta medida não seja tomada de um modo absolutamente simplista, ou seja, tenhamos cuidado, para não defender o fim dos manuais e a distribuição de tabletes, importa que tudo isto, seja feito gradualmente num processo que seja devidamente pensado, e refletido, a vários níveis. Há que envolver as próprias famílias, os próprios estudantes, há que pensar numa articulação muito próxima entre Autoridades Centrais, Governo e Autarquia. -----

----- Importa, assegurar que haja qualidade e articulação, na gestão de *stocks*, e eventualmente na contratação de seguros e várias outras questões que chamamos à atenção e que devem ser sempre tidas em conta. -----

----- Queria, também chamar a atenção, por último do Grupo do PSD, para dois aspetos muito rapidamente. -----

----- Antes de mais, o título da vossa proposta, a que deram o nome “fim das mochilas escolares”.-----

----- Como podem calcular, as mochilas escolares, a sua utilização, por si só, não representam mal, nem a sua utilização é susceptível de pôr em causa a integridade física ou crescimento, seja de quem for. E portanto alguma clarificação aqui seria talvez importante.-----

----- E chamamos a atenção, também, para a vossa alínea três da deliberação, uma vez que vocês referem que propõem que a Assembleia Municipal delibere providenciar uma plataforma *on-line*, ou uma aplicação municipal, eu penso que o que quererão aqui propor é que a Câmara Municipal, faça isto. E portanto, talvez uma clarificação aqui fosse importante.-----

----- Por último, naturalmente, dizer que acompanhamos também, as preocupações do PAN, e a vossa recomendação.-----

----- É mais um passo, dentro de muitos, venham eles, aqueles que forem rápidos, aqueles que forem pensados e acima de tudo, que sejam eficazes e definitivos.-----

----- Muito obrigado”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado”.-----

----- **A Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do BE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “ Obrigada.-----

----- Relativamente a este ponto, dizer apenas duas coisas. Que obviamente, que o problema do peso das mochilas para os alunos e as alunas, é algo que preocupa.-----

----- Enfim, de uma maneira geral, todos os grupos municipais, de igual forma, e concordamos com o espírito da iniciativa, porque de facto, tem que haver um caminho para a redução do peso das mochilas dos alunos.-----

----- Aquilo com que não estamos de acordo, é uma substituição integral de manuais em papel por e-books, ou por tabletes. Porque nos parece que uma transição e uma substituição integral, não é por um lado exequível no curto ou médio prazo.-----

----- E por outro lado, também, há aqui questões de opção pedagógica, que poderão entrar em conflito com esta decisão. E portanto, achamos que a existir este caminho de digitalização, aliás, o próprio Parlamento já se pronunciou, por iniciativa do PEV, relativamente à desmaterialização dos manuais escolares, embora, ainda não tenha sido feito um grande caminho, mas, já tem havido essa preocupação.-----

----- Mas essa desmaterialização tem que ser feita de uma forma gradual, não pode ser de um dia para o outro porque, simplesmente, nem todos os alunos têm acesso a tabletes, e nem todos os livros estão acessíveis a partir de e-books, e portanto, isto tem que ser pensado de uma maneira mais abrangente, mais geral. E também naquilo que é a visão e os planos que se tem como pedagógicos para os vários graus de ensino.-----

----- E portanto, iremos ter aqui, uma votação também diferenciada. -----
----- Desde já, informar a Mesa, que solicitamos a votação do ponto 1 e do ponto 2 por um lado. E do ponto 3 e do ponto 4 por outro, na Proposta do PSD.-----
----- Relativamente à recomendação feita pelo PAN, acompanhamos a recomendação que é feita, porque, nos parece que é uma das maneiras de ajudar também a resolver, ou a minimizar o problema do peso das mochilas”. -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada Senhora Deputada”. -----
----- **A Primeira Secretária em exercício, Patrocínia César,** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos. -----
----- Quanto à proposta, sobre o ‘Fim das mochilas escolares’, sugerindo a substituição dos “manuais escolares obrigatórios em formato papel por e-books, com a oferta dos tablets”, “Os Verdes” gostariam de agradecer a iniciativa do PSD e recordar o seguinte.-----
----- Primeiro, ao longo dos anos o PEV, tem tido uma intervenção regular sobre questões relativas aos manuais escolares sob diversos pontos de vista, incluindo, o alargamento do período de vigência dos manuais dos ensinos básico e secundário, mas também, pela necessidade da sua progressiva desmaterialização. Porque não basta haver cacifos nas escolas, pois os alunos necessitam diariamente de levar e trazer os seus livros e cadernos de casa, para a escola.-----
----- E o PEV, tem-no defendido, fundamentalmente, por três motivos: por razões ambientais, de modo a permitir a redução da produção de pasta de papel para a redução do peso excessivo das mochilas, que as crianças e os jovens transportam para as escolas, e que tanto preocupa a comunidade educativa, bem como, contribuir para generalizar o princípio da gratuitidade dos manuais escolares, de forma, a proteger a economia familiar. -----
----- É que, de acordo com a APEL, o cabaz livreiro médio para dois mi e dezassete e dois mil e oito, importava em mais de 173€ por aluno. -----
----- Segundo, e para o caso de o desconhecerem, já há muitos anos existe uma Lei nº 47/2006, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como, os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo, relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares”. -----
----- Acontece, que foi a partir do Projeto de Lei nº 486/XIII (13ª Legislatura), apresentado pelo GP-PEV, na Assembleia da República, que foi introduzida no seu artigo 2º uma nova alínea f) para passar a prever o “Fomento, desenvolvimento e generalização da desmaterialização dos diversos recursos educativos”. Ou seja, já há

quase 2 anos que foi aprovado o progressivo desinvestimento nos materiais em suporte papel, mantendo sempre a sua gratuidade.-----

----- Este projeto do PEV, aprovado no Parlamento, na Reunião Plenária de 7 de Abril de 2017, foi uma medida muito bem acolhida pela Associação Nacional de Professores e pela Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas.-----

----- Terceiro, quanto à oferta dos tablets, para fornecer aos alunos a cumprir a escolaridade obrigatória, não sabemos se estarão a pensar num equipamento de baixo custo montado em Portugal, como sucessor do ‘velhinho’ portátil Magalhães, a distribuir nas escolas públicas.-----

----- Pelo que gostaríamos que nos tivesse sido apresentado hoje uma estimativa de quanto tal medida poderá importar à CML, pois só faltaria municipalizar-se o ensino, transferindo-se a responsabilidade da despesa da Administração Central para o Município. Perguntamos, por isso, quais serão os custos previsíveis?-----

----- Finalmente, não deixa de ser curioso que num estudo da DECO, realizado em 2003, é referida uma constatação curiosa: existe uma tendência maior para sobrecarregar as mochilas dos alunos nas escolas privadas do que no ensino público. Vá-se lá saber porquê”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado”.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “ Tem a Palavra o Senhor Deputado Municipal António Avelãs do IND ”.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “ Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público em geral.-----

----- Em relação a esta proposta, que nos é apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, eu começo por dizer, que me identifico em grande parte com as intervenções do Senhor Deputado do MPT, do Senhor Deputado Gonçalo Costa, e da Deputada Isabel Pires, ou seja, de facto, foi já evidenciada, que é perfeitamente precipitada esta intenção de substituição completa dos manuais em papel por material digital.-----

----- Devo aliás dizer, que esta é uma matéria ainda em discussão, muito profunda nos meios académicos e os meios pedagógicos, isto é, há argumentos dos dois lados, pelo que estar a tomar uma posição neste momento, é precipitarmo-nos, relativamente a dados que ainda não estão suficientemente claros.-----

----- Gostava contudo, também dizer o seguinte, a avançar-se para a solução dos e-books, quem deve financiá-los, quem deve tratar deles são as editoras, e nunca a Câmara. A menos que, nós estejamos a pensar transferir, competências para a Câmara e não as transferências do Ministério. Mas as transferências dos editores. Isto é, os Editores, tal como neste momento editam os manuais, deverão providenciar para que em vez de manuais, hajam e-books como é natural.-----

----- Diria também, que esta questão da aplicação Municipal da plataforma *on-line* suscita algumas dificuldades. Quem deve providenciar para que este circuito funcione? Não me parece, que seja necessariamente a Câmara Municipal.-----

----- Evidentemente que nós, acompanhamos sobre esta matéria, a posição do PAN”.-

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado”.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a Palavra o Senhor Deputado Municipal Manuel Lage PS ”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Debateremos hoje, uma recomendação e uma proposta. -----

----- Uma proposta, para não fim das mochilas, como já aqui foi apresentado a proposta de correção ao PSD, pelo fim do peso nas mochilas, acho que estamos todos de acordo com esta questão.-----

----- Mas, a proposta, apresenta como ponto deliberativo, instar a Câmara, a avaliar a possibilidade de substituir os manuais escolares por e-books e posteriormente por tabletes. Portanto, instar a Câmara, a avaliar a possibilidade.-----

----- E depois do ensino Público e posteriormente para todos os estabelecimentos de ensino. -----

----- E depois, providenciar para existência de uma plataforma on-line, onde os docentes possam trocar conteúdos.-----

----- Por outro lado, temos uma recomendação do PAN, sobre a colocação de cacifes relacionado com o peso das mochilas. E aí, também, temos a instalação progressiva de cacifes, nas escolas públicas e um programa, que incentive os demais a fazer exatamente o mesmo. -----

----- E eu, fiz esta primeira introdução Senhor Presidente, porque me pareceu, que a conversa, ou seja, a discussão que estávamos a ter aqui, no Plenário, já estava a descambar noutro caminho, que é a questão, do que efetivamente se pretende com os dois documentos que vamos aqui votar. Não é, o que se vai fazer, mas é aquilo, que eles propõem que a Câmara faça. E propõem, instar a Câmara, a avaliar a instalação progressiva. -----

----- E, naturalmente, que o Partido Socialista, acompanha estas duas propostas, quer a proposta, quer a recomendação. -----

----- O que não signifique naturalmente, que nós, não tenhamos que alertar, para o facto de fazermos uma clara diferenciação, entre aquilo que são manuais escolares, e as fichas de atividade. Porque são duas coisas completamente diferentes, o peso do manual escolar não é o peso do manual de atividades. -----

----- Mas, naturalmente, o PSD, teve esse cuidado, e não refere as fichas de atividades, refere o manual escolar, que tem de facto um peso muito grande.-----

----- Por outro lado, há outra questão, que também é relevante. -----

----- E o que é que é relevante? -----

----- É que ninguém fala aqui, numa desmaterialização integral, ninguém fala numa poupança integral, e ninguém fala com o acabar de ler livros. Continuam a existir bibliotecas, e continua a ser necessário ir às bibliotecas, continua a ser necessário a utilização e a escrita, porque as crianças aprendem a escrever praticando. E isso não se pode fazer através dos e-books, nem ninguém, o propõe aqui nessa matéria. -----

----- E é estranho, ver que o Movimento Partido da Terra, não tenha focado aquilo que os Verdes focaram, que é a questão ambiental e a preocupação ambiental, mas, essa também devia estar nas nossas mentes. -----

----- Dizer naturalmente, que o Partido Socialista acompanha, e acompanha por vários motivos. -----

----- O principal, é que o Simplex, em dois mil e seis, começou com o Partido Socialista, o Ministério da Administração Administrativa, teve como Secretária de Estado uma Vereadora desta casa, a Doutora Graça de Fonseca, teve uma implementação de medidas de simplificação administrativa, legislativa e eletrónica.-----

----- O Simplex Autárquico, em dois mil e oito, criou duzentas e sessenta e oito medidas, entre as quais, Saúde, Mobilidade, Cidadania, Urbanismo, Cultura, Empresas na hora, Finanças, Pescas e Mudança de Casa. -----

----- Senhores Deputados, todos nós já usufruímos delas.-----

----- O Partido Socialista, votará favoravelmente estas duas propostas, na esperança que de facto, venha a haver mais e melhor Saúde para as crianças. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente”.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a Palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Newton do PSD ”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- “ Em primeiro lugar, queremos por agradecer, os contributos que têm vindo de várias forças políticas, assim como as recomendações, nomeadamente, do Partido Socialista e do CDS.-----

----- Eu diria, que é necessário aqui fazer, um pequeno acerto, para não gerar confusão. -----

----- E portanto, o PSD, solicita a alteração do título da sua proposta, para fim do peso excessivo das mochilas escolares. Isto porque nós acreditamos que obviamente não deixaremos de ter mochilas escolares.-----

----- Depois, apelar, para que não se interprete desta proposta o que ela não escreve. --

----- Em primeiro lugar, dar nota, que está explícito na proposta, de que aquilo que nós defendemos, é a substituição dos manuais escolares obrigatórios, não é a substituição de todos os manuais escolares, portanto, eu acho que isto de alguma forma, até por variadíssimos motivos, que têm sido alvo de vários estudos, nomeadamente, a possibilidade desta hoje em dia, designada como acesso a multi-plataformas, e portanto, o acesso ao papel, o papel também é uma plataforma, e deve

também fazer parte, obviamente, do contacto e da interação, daquilo que é o desenvolvimento da própria criança e jovem. -----

----- Depois, em segundo lugar, dizer que o nosso *in foco* aqui, neste momento, é no âmbito do serviço público e esta, é também uma questão que queremos deixar clara, para que sobre isto, não restem quaisquer dúvidas. -----

----- Depois dar nota também, que a questão do ponto três, vem muito em linha com a descentralização que está em curso. Eu quero recordar que os mecanismos de acompanhamento e gestão integral daquilo que é o futuro da comunidade educativa vai passar pela gestão da própria Câmara Municipal. -----

----- E depois, em último lugar, dar nota de que, obviamente, iremos acompanhar a proposta do PAN. -----

----- Mas quero recordar, a todos, os quantos entendem, que essa medida não é suficiente, que os cacifes são utilizados já há mais de sessenta anos, nas estruturas escolares anglo-saxónicas. E eles, atualmente, o que identificam claramente, é a sua insuficiência perante este problema e dificuldade, que ainda assim, costumam apresentar, do ponto de vista da organização das crianças e da atividade escolar. -----

----- E portanto, acompanhamos, porque entendemos, que é complementar, mas não é alternativa áquilo que é a proposta que nós apresentamos. -----

----- Muito obrigado”.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a Palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Costa IND ”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- “Eu vinha aqui, fazer um apelo para que se recentre este debate em duas questões.-----

----- A primeira é do papel da Autarquia, no fornecimento de materiais escolares e nas suas competências. -----

----- Neste momento, estas competências foram assumidas pelo Governo. Mas, naturalmente, e como bem disse o Senhor Deputado Manuel Lage, nada obsta a aprovação do primeiro ponto, no sentido de que a Câmara Municipal, avalie e até posteriormente, se tome uma deliberação de seguimento, recomendando essa adoção ao Governo, e fala-vos um homem muito conservador em termos tecnológicos. -----

----- Aquilo que já não pode passar, é o segundo ponto.-----

----- É que ‘a cavalo’ desta proposta benéfica, veio-se mais uma vez, pretender financiar uma opção, não o texto do ponto dois é claro, E merece reprovação desta Assembleia, em incoerência com outras deliberações aqui tomadas, que é financiar uma opção livre e deliberada, pela frequência do ensino privado. -----

----- Há uma oferta pública, constitucionalmente garantida e bem! E que não se venha aqui tentar estender ao privado, como já se veio noutras deliberações, esta oferta. -----

----- Porque os e-books, podem ser mais baratos na sua produção, mas continuam a custar dinheiro, e não é pouco por vezes. -----

----- Portanto, apelo a esta Assembleia e às Forças Políticas, que consolidaram a sua posição sobre a matéria de manuais escolares, para que mantenham a sua posição.-----

----- Porque vêm aqui, pôr o ramo de loureiro numa porta e tentar vender o vinho indignamente noutra. -----

----- E é só, disse”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado. Para que efeito Senhor Deputado? -----

----- Microfone ao Senhor Deputado” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte protesto: -----

----- “No limite, por um protesto, julgo que se calhar é mais adequado Senhor Presidente. -----

----- Um Protesto, pela intervenção do Senhor Deputado Rui Costa. Porque de facto o Senhor Deputado Rui Costa, ele tem medo da sua própria sombra. E quando aqui vem agitar fantasmas, que não correspondem em momento algum áquilo que aqui está no texto. -----

----- Aliás, eu quero-lhe dizer, que todo o trabalho que nós propomos, a começar pelos considerandos e terminando nas propostas, são claros. -----

----- E eu, vou ler; *“Atendendo a que no Município de Lisboa os manuais escolares são gratuitos para todos os alunos do primeiro ao décimo segundo ano das escolas públicas, das escolas da rede pública e que os custos associados a esta iniciativa são significativos para o erário público.”*-----

----- No ponto dois, temos para que esta primeira intervenção possa ser depois estendida a todos os alunos, mas para que não hajam dúvidas, e para que vossa excelência não fique amedrontado pelos seus fantasmas, e nem queira recorrer aqui a manobras ardilosas e estranhas do ponto de vista daquilo, que é o que o PSD quer afirmar claramente e que Vossa Excelência quer corrigir.-----

----- Nós, para que não haja essas dúvidas, gostaríamos que no Ponto dois, passe a dizer, *“que estende esta oferta aos demais alunos do ensino básicos e secundário da rede pública.”* -----

----- E que, sobre os fantasmas que amedrontam o Senhor Deputado e que o consomem em horários, eu diria, provavelmente não coincidentes com a sua atuação na Assembleia Municipal, não o persigam até aqui, e dessa forma não o levem a estas intervenções, que aliás, só demonstram que nem sequer esteve atento. Porque eu minutos antes, antes da sua intervenção, quis clarificar isso, também. -----

----- E portanto, volto a fazê-lo e tenho necessariamente, Senhor Presidente que protestar por esta intervenção do Senhor Deputado Rui Costa. -----

----- Muito obrigado”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado Senhor Deputado. -----
----- Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa”. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, e como
contra protesto, fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- E a título de Contra Protesto, do Senhor Deputado Luís Newton, eu de facto sou
perseguido por um fantasma. O fantasma de uma promessa, que lhe fiz nesta sede,
neste plenário, e que ainda não cumpri, lamentavelmente. Que foi oferecer-lhe um
dicionário. Porque de facto, uma leitura de um dicionário conjugada eventualmente
pela leitura de uma boa gramática, fará perceber o Senhor Deputado Luís Newton, da
oportunidade da minha intervenção. E já agora, da boa oportunidade da alteração da
proposta que acaba de produzir. -----
----- É que de facto, não é o que o Senhor Deputado disse na intervenção, ou a
interpretação que quis fazer agora, que se lê desse documento, e portanto, com essa
correção, merece o ponto dois aprovação. -----
----- E portanto, em boa hora procedeu a essa alteração. -----
----- E continuando eu, em dívida e com o fantasma, de lhe oferecer o dicionário e a
gramática, mas tratarei disso o mais rapidamente possível”.-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra
fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Deputado pede a Defesa da Honra.-----
----- Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton”.-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, em
defesa da honra, fez a seguinte intervenção-----
----- “O Senhor Deputado Rui Costa, por motivos que me transcendem, gosta de
passar atestados de menoridade a todos os Deputados, e neste caso fui eu o alvo da
sua ira semântica. -----
----- E aquilo, que eu lhe tenho para dizer Senhor Deputado, é que não só não lhe
reconheço esse posicionamento, nem essa soberania, como também lhe quero dar
nota, que desoportuna foi a sua intervenção, porque na ânsia de perseguir os seus
fantasmas, não atendeu à minha intervenção.-----
----- E em matérias deliberativas, eu acho, que há uma coisa que é chamada o espírito
do legislador, e sobre dúvidas existissem. Dúvidas suas, claro, do ponto de vista de
qualquer semântica, ou qualquer sintaxe, eu tinha acabado de proferir, palavras de
esclarecimento, que vão exatamente no sentido daquilo que é o espírito do legislador. -
----- E portanto, dúvidas não poderiam subsistir. -----
----- Por isso, quero lamentar a sua intervenção e quero lamentar os termos em que o
fez. -----
----- E quero dizer-lhe, que não obstante, estarei sempre disponível, para receber de
si qualquer promessa, e cumprir qualquer promessa, que me queira fazer e obviamente
algo, que seja enriquecedor para todo nós é necessariamente algo de positivo. -----
----- Infelizmente enriquecedora para todos nós, não foi a sua intervenção.-----
----- Muito obrigado”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção-----

----- Senhor Presidente, Senhor Deputado Luís Newton, permita-me, que lhe diga, que não o menorizei em ponto nenhum. Pelo contrário, saúdo-lhe a astúcia.-----

----- É que o que vem no ponto deliberativo, é claro que estenda esta oferta aos demais alunos do ensino básico e secundário, sem discriminar, se era público ou privado.-----

----- E quero relembrar o Senhor Deputado, que os considerandos e aquilo que são as intervenções que aqui temos, não acompanham a publicação no Boletim Municipal.-----

----- E já agora, a comunicação à própria Câmara Municipal, é uma má prática desta Assembleia, factos considerandos não acompanham. E, nesse sentido, o esclarecimento é oportuno.-----

----- Mas acredite, que é muito mais por temer as suas intenções, do que propriamente por o subestimar que entendi oportuna a minha intervenção. E em boa hora a correção que promoveu à sua proposta.”-----

----- Muito obrigado”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigado.-----

----- E agora, aproveitamos este momento de concórdia e de paz, para prosseguirmos.-----

----- Não temos mais inscrições na mesa.-----

----- E portanto, vamos passar à votação.-----

----- Proposta do Partido Social Democrática 003/PSD2019 com duas alterações.-----

----- No título onde se lê, “fim das mochilas escolares”, se passe a ler “fim do peso excessivo das mochilas escolares”.-----

----- No ponto dois da Deliberação, onde se lê “que estende esta oferta aos demais alunos do ensino básico e secundário” acresce, da “rede pública”.-----

----- Nós tínhamos um pedido para votação em separado, do ponto 1 e 2. E depois, o ponto 3 e 4. O ponto 4 nós não votamos que é remessa. Portanto, votamos o ponto 3. --

----- Com esta alteração, o Bloco de Esquerda mantém o pedido.-----

----- E portanto vamos então passar à votação.-----

----- Proposta 03/PSD/2019, vamos votar com as correções que foram aduzidas, vamos votar os pontos 1 e 2.”-----

----- **Proposta 003/PSD/2019, Ponto 1 e 2**, votos contra do PCP, BE, 7 IND, abstenções do MPT e 1 IND, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV e 1 IND.

Os pontos 1 e 2 da Proposta nº 003/PSD/2019 foram Aprovados por maioria. -----

----- Vamos passar à votação do ponto 3.-----

----- Fica a devida nota que o Partido Comunista Português apresentará uma Declaração de voto escrita.-----

----- Vamos retomar a votação do ponto 3 desta Proposta, apresentada pelo Partido Social Democrático. -----

----- **Proposta nº 003/PSD/2019, Ponto 3**, votos contra do PCP, 6 IND, abstenções do BE e 1 IND, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PEV e 2 IND. O **Ponto 3 da Proposta nº 003/PSD/2019** foi **Aprovado por Maioria** -----

----- E portanto a Proposta de Deliberação é também Aprovada na sua integralidade. E temos uma Declaração de voto escrita para além do Partido Comunista Português, do Deputado Municipal que exerce o Mandato como Independente, Rui Costa. -----

----- (A Declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa, até à presente data, não foi entregue nos serviços). -----

----- O Grupo Municipal do PCP apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“Proposta de Deliberação 003/PSD/2019 - Fim das Mochilas Escolares.-----*

-----*Em resultado da proposta do PCP que foi incluída no Orçamento do Estado para 2017, mais de 80 mil crianças que concluíram o 1º ano da sua escolaridade receberam gratuitamente os seus manuais escolares. Isto constituiu uma poupança de cerca de 3 milhões de euros para as famílias dessas crianças e foi um pequeno investimento para o Estado, que tem consequências positivas para o percurso escolar de muitas dessas crianças e é, desde logo, um contributo para combater o abandono precoce e o insucesso escolar. -----*

----- *O PCP tem proposto e lutado pela gratuitidade dos manuais na escolaridade obrigatória. Nos últimos três Orçamentos do Estado foi incluído esse avanço, sendo que no ano lectivo (2018/2019) abrangerá pela primeira vez todas as crianças do 1.º ao 6.º ano de escolaridade. Para o próximo ano lectivo, a forma de distribuição de manuais está a decorrer de forma diferente dos anos anteriores, sendo agora realizada através da plataforma MEGA - Manuais Escolares Gratuitos, que entrou em funcionamento no passado dia 1 de Agosto, onde os pais e encarregados de educação das crianças têm de inscrever-se obrigatoriamente para receber de forma gratuita os manuais, e foi aprovado no Orçamento de Estado 2019, a gratuitidade para os 12 anos de escolaridade obrigatória, ou seja, até ao 12º ano, entrando em vigor no próximo ano lectivo (2019/2020). -----*

----- *Tal como o PCP tem defendido, o manual impresso é ainda hoje um dos elementos mais utilizados e eficazes no processo ensino/aprendizagem, embora cedendo algum espaço por força da evolução tecnológica e da utilização crescente de outros meios. O manual escolar destina-se primordialmente ao aluno, por isso deve – além de vincular conhecimentos – contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos jovens, sem recurso à memorização e reprodução fiel dos conteúdos, bem como estimular a atitude crítica perante a informação recebida. A cedência a título definitivo é a solução que permite que fique garantido que, na relação com o livro, o aluno não esteja condicionado pela ameaça de os pais, caso o manual se degrade, terem de vir a pagá-lo.-----*

----- *O Grupo Municipal do PCP entende que esta proposta pretende retirar ênfase à conquista da gratuitidade dos manuais escolares, e nesse sentido votou contra a Proposta de Deliberação 003/PSD/2019 - Fim das Mochilas Escolares.” -----*

----- Vamos agora proceder à votação da Recomendação 052/04/PAN – “Instalação de cacifos nos estabelecimentos escolares de ensino básico e secundário do Município”.--

--- **Recomendação nº 052/04 do PAN**, não há votos a contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, IND. A **Recomendação 052/04 foi Aprovada por Unanimidade.** -----

----- A **Recomendação 052/04** foi aprovada por Unanimidade, e assim damos por encerrado o ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Vamos passar ao Ponto 6 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 004/PSD/2019, RELATIVA À REALIZAÇÃO DE UM DEBATE TEMÁTICO SOBRE COMBATE À PROBLEMA E A ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POPULAÇÃO SEM-ABRIGO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE 34 MINUTOS.** -----

----- (A **Proposta de Deliberação 004/PSD/2019** fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante.)-----

----- Dar nota, e ao mesmo tempo, interrogar o Partido Social Democrata, que tinha ficado pendente na Conferência de Representantes, uma ponderação do Partido Social Democrata, se previamente quereria ou não, debater este assunto em Sede de Conferência de Representantes como tem sido prática. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, por favor”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Antes de mais, na sequência daquilo que foi o entendimento e a troca de impressões que tivemos oportunidade de ter no âmbito da Conferência de Representantes, o PSD vai manter este ponto para discussão, nesta Ordem de Trabalhos, retirando as alíneas a) e b) a esta proposta e dos *timings* do debate, para a Conferência de Representantes, conforme acordámos, na própria Conferência de Representantes. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Senhor Deputado estava a Segunda Secretária aqui com algum ruído, e eu não percebi exatamente, com os perdões aqui da Mesa, qual era o teor da proposta do Partido Social Democrata. -----

----- Percebi, que há uma parte que é para manter, e outra, que é para ir para a Conferência de Representantes. Só para precisarmos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, esclareceu: -----

----- “Sim, a nossa Proposta tem três alíneas, alíneas a), b) e c). -----

----- As alíneas a) e b), estão incontornavelmente ligadas a uma definição de debate e votação de debate em Plenário. -----

----- E Portanto, no âmbito daquilo que foi o diálogo que resultou da Conferência de Representantes, entendemos que essa matéria regressará à discussão da Conferência de Representantes para definir então o modelo e o debate, deixando apenas no âmbito da nossa proposta a alínea c). -----

----- Ainda que a nossa intervenção, obviamente seja abrangente. -----

----- Mas para votação, hoje e apenas, a questão da alínea c), que está prevista da nossa proposta e que não implica nada do ponto de vista da definição do modelo e das datas do próprio debate.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, claramente perceptível. -----

----- E portanto, a matéria referida nas alíneas a) e b), será agendada para a próxima Conferência de Representantes. -----

----- E vamos, iniciar o Debate deste ponto da Ordem de Trabalhos, considerando-se a Proposta 004/PSD/2019, reformulada nos termos enunciados pelo Líder da bancada do Grupo Municipal do PSD. -----

----- E portanto, temos a alínea c) que será mantida para deliberação e para discussão. -----

----- E assim sendo, vamos dar a palavra ao PSD, para apresentar a proposta” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a Palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Mateus do PSD ”. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Funcionários, Senhores Vereadores, Deputadas e Deputados Municipais, Assessores e restante Público. -----

----- Todos os anos, normalmente, após os festejos natalícios e enquanto as alterações climáticas não se fazem sentir acentuadamente, a Cidade de Lisboa vê surgir nos escaparates das notícias avisos da autarquia e dos diversos organismos da proteção civil relativamente a vagas de frio ou outros elementos extremos da natureza, que apelam à nossa generosidade e solidariedade, sobretudo para com os mais desfavorecidos, nomeadamente os sem-abrigo, fazendo despoletar a intervenção da autarquia, de juntas de freguesia mais organizadas (como foi o caso da Junta de Freguesia da Estrela), bem como de inúmeras IPSS’s e cidadãos anónimos a solidarizarem-se com a causa, atuando desta forma na prevenção. -----

----- Todos os anos, os diversos órgãos de comunicação social replicam as informações oficiais e oficiosas acerca da bondade das iniciativas de centenas, senão mesmo milhares de voluntários no terreno e, das dezenas ou centenas de sem-abrigo que as coletividades, os organismos oficiais acolhem, numa avalanche noticiosa. -----

----- É certo que o fenómeno dos sem-abrigo, na cidade de Lisboa, é um dado adquirido pela sua importância ao nível da saúde, da assistência social ou da solidariedade humana, que a todos nós, enquanto decisores políticos, apela. -----

----- Infelizmente, no meio de toda a solidariedade, perpassa esse enorme ruído de fundo, entre decisores políticos que divulgam números sem consistência, dados sem existência ou territórios sem correspondência à realidade. -----

----- Compete-nos enquanto responsáveis políticos, ter a capacidade de acertar o presente com a realidade e o futuro com o processo decisório. Posto isto, a proposta que o PSD aqui traz não pretende ser um motivo de discussão sobre culpados, responsáveis ou até vencedores de uma batalha na luta contra a pobreza. Tem, tão-só, como objetivo, mais do que confortar as nossas consciências, garantir que estamos de facto a agir no sentido certo. -----

----- Importa convocar especialistas, como médicos, técnicos de saúde mental, Psicólogos, Sociólogos, sobretudo IPSS, Misericórdia e entidades autárquicas, para que se confrontem com a realidade, as diversas colorações desta e as propostas de intervenção, que não são, nem serão sempre um preto e branco, mas, que entre as matizes, mostrarão o melhor que há entre nós, decisores políticos: não a simples compreensão e tristeza pelo fenómeno, mas a capacidade de agir no sentido de transformar positivamente o nosso futuro. -----

----- Lisboa terá, certamente, centenas de sem-abrigo. Acreditamos que, felizmente, serão menos do que os existentes na última “contagem oficial”. Acreditamos até que, não fossem fenómenos exógenos, o número seria mais diminuto, fruto da ação das IPSS’s e dos serviços da Misericórdia e da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Pelos motivos aqui apresentados, propomos um debate alargado, sem pré-condições e sem devaneios. Queremos convocar os melhores a este debate, onde, mais do que uma discussão, pretendemos que se transforme numa verdadeira proposta de ação! -----

----- E nesse sentido, entende o Grupo Municipal do PSD, que são todos Bem-Vindos! -----

----- Obrigada. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “ Tem a Palavra a Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real do PAN -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Mais uma vez, boa tarde a todas e a todos. -----

----- Relativamente a esta proposta, Debate Temático, apresentada pelo PSD, gostaríamos de deixar aqui algumas notas. -----

----- Em primeiro lugar, é com muitas satisfação que vemos outras forças políticas interessarem-se por estas matérias. -----

----- Desde logo, em novembro de dois mil e dezasseis, numa altura em que a primeira estratégia nacional para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo,

tinha terminado há mais de um ano, que o grupo Municipal do PAN, apresentou aqui, nesta Assembleia, uma Moção, pela urgente necessidade de definição de uma nova estratégia. -----

----- E recentemente, há cinco meses, apresentámos numa sessão de Declarações Políticas, uma Moção e uma Recomendação, ambas com propostas de desenvolvimento de estratégias de erradicação da pobreza, uma a nível local, outra a nível Nacional. -----

----- Por isso, não podíamos estar mais de acordo, com a necessidade da Assembleia Municipal de Lisboa, e da nossa Cidade, assumirem estes dois temas, a pobreza e as pessoas em situação de sem-abrigo. Para em conjunto se combater estes fenómenos. ---

----- Isso, leva-nos aqui, a um segundo ponto. -----

----- Pois estamos perante dois temas, e não apenas um. Um tema, é a pobreza e outro tema, são as pessoas em situação de sem-abrigo. -----

----- A pobreza, não se cinge a situações de sem-abrigo, embora as pessoas em situação de sem-abrigo, estejam não só, em situação de pobreza, como também de carência dos mais variados cuidados. -----

----- Ora, de acordo com o NPISA, – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo, considera-se uma pessoa em situação de sem-abrigo, aquela que se encontra sem teto, a viver no espaço público, alojada em abrigo de emergência, ou com paradeiro em local precário, com ou sem casa, em alojamento temporário. -----

----- Não podemos em momento algum, deixar de ter em conta as especificidades de cada pessoa, enquanto como individualidade, e não enquanto coletivo. Pois não existe um coletivo de pessoas, em situação de sem-abrigo. E não podemos lidar, com uma pessoa que chegou a uma situação de sem-abrigo da mesma forma, com que lidamos com alguém, que vive na rua há mais de dez anos. Nem podemos utilizar o mesmo procedimento se se tratar de um emigrante.-----

----- Já a pobreza, de acordo, com a Comissão dos Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas, foi definida em dois mil como uma condição humana caracterizada, pela privação sustentada, ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários, para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. -----

----- Ou seja, a pobreza, não atinge apenas as pessoas em situação de sem-abrigo, há uma série de fatores de situações de precaridade muitas vezes camufladas, daí termos recomendado em novembro passado, a assunção do combate à pobreza, como um dos objetivos desta Autarquia. -----

----- O apoio na recolha de dados atualizados e territorialmente localizados, a construção de uma estratégia integrada de combate à pobreza e a importante disponibilização, de recursos técnicos e financeiros para esta estratégia. -----

----- Assim, concordamos obviamente, que haja um Debate. -----

----- Um Debate, sobre a pobreza, e nele incluída uma sessão específica sobre as pessoas em situação de sem-abrigo.-----

----- Neste Debate, tem obviamente de haver respostas efetivas para intervir e não apenas plano de intenções. Não só sobre as situações que já existem, mas também

sobre as situações de risco eminentes na nossa cidade. Só assim o debate, poderá trazer frutos para a cidade de Lisboa. -----

----- Mas, aguardamos então, com expectativa, que este debate seja levado à Conferência de Representantes, para que se possa discutir os seus moldes, os convidados e também os diferentes temas que nele cabem, pois infelizmente são diferentes e transversais a outras matérias também aqui faladas, como a violência doméstica. -----

----- Quanto ao terceiro tema, da proposta do PSD, acompanhamos, também, essa mesma preocupação. Aliás, como já aqui tivemos oportunidade de referir, e é uma pena que hoje não esteja cá o Senhor Vereador do Pelouro dos Direitos Sociais. -----

----- O plano de contingência, contra o frio, foi de facto um bom exemplo de uma adaptação e alteração dos procedimentos da Autarquia, que levaram a que houvesse uma maior capacidade de resposta a essa problemática. Mas, a situação da pobreza e das pessoas em risco e situação de sem-abrigo, não se esgota nessa atuação. -----

----- Para o PAN, é uma pena de facto, que não haja ainda uma resposta do Plano Municipal, para a igualdade, que continua ao que parece na gaveta, e que nunca mais vê a luz do dia. -----

----- Esta, entre outras questões, seriam importantíssimas, de hoje ouvirmos aqui o Senhor Vereador, mas não gozamos com a sua presença e continuaremos talvez, quem sabe, em sede do próprio debate a colocar à Câmara Municipal. -----

----- Pois de facto, com a pobreza, e com os objetivos da agenda vinte-vinte, o não deixar ninguém para trás, deve precisamente constituir um imperativo e um compromisso de todos e todas as eleitas, para que não seja sobretudo aquela população, mais vulnerável e que fica para trás na nossa cidade. -----

----- Muito obrigada”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada”. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Vereadora, Paula Marques”. -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, eu só queria comunicar à Assembleia, que eu estou em representação da Câmara. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Grilo, não está presente hoje, por questões pessoais e inadiáveis e de alguma gravidade, do ponto de vista pessoal e da sua família, e por isso não pode estar presente. -----

----- Mas, evidentemente terá todo o gosto e disponibilidade, para vir dar conta à Assembleia, quer através das Comissões, quer no próprio debate ou no Plenário, sobre aquilo que é a evolução, ou ponto de situação das várias matérias relacionadas com as competências dos Direitos Sociais, nomeadamente, nas questões do plano de

intervenção com as pessoas sem-abrigo, e no Plano Municipal de combate, pela Igualdade, combate à Violência Doméstica de Género.-----

----- Mas a razão dele não estar aqui hoje é esta, e gostava de partilhar isto com a Assembleia.-----

----- Obrigada”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora, fica feito o esclarecimento”.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça IND”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados.-----

----- Os Deputados Municipais Independentes, Cidadãos por Lisboa, gostariam de intervir sobre esta proposta 004/PSD/2019, relativa à Política Municipal e apoio às pessoas sem-abrigo, congratulando a proposta de organizar um Debate Temático sobre este tema.-----

----- Aliás, gostaríamos também de relembrar que apresentámos também uma recomendação neste sentido, pelo reforço de acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo, em novembro de dois mil e dezoito, que foi aprovada por unanimidade por esta Assembleia, e na qual, reconhecemos que houve de facto uma diminuição, de cerca quarenta por cento, no número de pessoas sem-abrigo na cidade de Lisboa.-----

----- Mas, também, que houve algumas dificuldades de execução destas políticas, desde dois mil e dezassete. Portanto, tínhamos essa perceção, e relembrámos também, que houve uma série de medidas iniciadas e que se encontravam previstas no “Programa Municipal para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2016-2018”, nomeadamente programas vocacionados para a área da dependência e da saúde mental, ou respostas de alojamento, e até julgamos, que foi aprovado um projeto de acolhimento de pessoas sem-abrigo, e que foram atribuídos também apartamentos para este fim.-----

----- Gostaríamos de saber o ponto da situação de uma série de outras medidas previstas nesse Programa, como sejam: a criação de centros ocupacionais; a dignificação da distribuição alimentar de apoio social de primeira linha; com a criação de dois núcleos de apoio local, para além dos já existentes; a criação de plataforma de georreferenciação de pessoas em situação de sem-abrigo; ou ainda o apoio a respostas inovadoras como os cacifos solidários e os quiosques da saúde.-----

----- Portanto, de todas estas situações, gostaríamos de saber o ponto de situação, e por isso recomendámos na altura à Câmara que fornecesse a esta Assembleia um relatório da monitorização de implementação deste programa e também, através do NPISA, que se efetuasse uma nova contagem do número de pessoas sem-abrigo.-----

----- Também, na sexta Comissão, levantámos esta questão; na qual foi abordada e foi pedida, a presença do Vereador Manuel Grilo, e congratulamos o facto de, no próximo dia vinte de fevereiro ele ir precisamente à sexta Comissão para poder esclarecer estas questões. -----

----- E por isso concordamos, obviamente, que seja organizado este Debate Temático proposto. -----

----- E agradecemos também o facto de o PSD ter retirado estas duas alíneas, porque íamos também pedir para o fazer. E discutir as mesmas, em Conferência de Representantes, que é a prática, e julgamos, que é a melhor forma de discutir o modelo antes de vir a Plenário. -----

----- No entanto, obviamente que concordamos que a Câmara Municipal dê todos os esclarecimentos às dúvidas do PSD, relativamente a esta matéria. -----

----- Muito obrigado”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não registamos mais inscrições. Confirma-se. -----

----- Vamos então passar à votação da Proposta de Deliberação 004/PSD/2019, com a correção que foi feita, ou seja, vamos apenas votar a alínea c) da proposta nos seus pontos deliberativos. -----

----- **Proposta 004/PSD/2019, alíneas a) e b),** (serão apreciadas em Sede de Conferência de Representantes, à semelhança do que acontece em situações análogas). -----

----- **Proposta nº 004/PSD/2019, alínea c),** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, PPM E 7 IND. A **alínea c)** da **Proposta nº 004/PSD/2019** foi **aprovada por unanimidade.** -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 7 da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- **APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 005/PSD/2019 – PAGAMENTOS ATRAVÉS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS.** -----

----- (A **Proposta de Deliberação nº 005/PSD/2019** fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante). -----

----- E vamos dar a palavra ao Partido Social Democrata, para apresentação da Proposta. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, Luís Newton do PSD” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, eu, não irei alongar-me muito no âmbito da apresentação desta proposta. É uma proposta, que visa sobretudo aqui, uma dimensão operacional do ponto de vista administrativo e sobretudo naquilo que é a relação com a própria sociedade que servimos. -----

----- Isto, porque parece particularmente e evidente, que no mundo em que as plataformas digitais oferecem, sobretudo, até na própria prestação de serviços de entidades privadas, ao consumidor, um conjunto de soluções que agilizam e facilitam essa interação. -----

----- Deve também, aqui haver um esforço por parte da entidade pública, em conseguir assegurar de uma forma muito clara, uma melhor de metodologia de interação com a comunidade que servimos, facilitando a sua rápida resposta, e criando condições para o seu envolvimento e para a sua participação. -----

----- Isto numa perspetiva de Gestão. -----

----- Numa perspetiva puramente administrativa, que tem a ver com o conseguir assegurar um conjunto de facilidades, no que diz respeito naquilo que é, a capacidade que podemos gerar junto, daqueles que têm matérias para resolver, com os próprios serviços municipais, para que o possam fazer, e no que diz respeito a matérias relacionadas com pagamentos, isso também seja uma medida, que facilite esse mecanismo. Que aliás, no final, depois também inevitavelmente se traduz, numa melhor e numa maior facilidade e acesso àquilo que é a receita, que é, sempre tão importante para este Município. -----

----- E portanto nesse sentido, apresentámos esta Proposta. -----

----- Muito obrigado”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos a intervenção do Senhor Deputado Rui Costa”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Percebendo, o mérito desta proposta, e que de facto, é uma proposta que simplifica, e muito, a vida aos Municípios. -----

----- Eu gostaria, porque sou ignorante nestas matérias, não tenho um conhecimento assim tão aprofundado, de pedir ao proponente que nos esclarecesse sobre dois pontos. -----

----- Em primeiro lugar, em relação a matéria de concorrência. -----

----- Eu sei, que o Senhor Deputado Luís Newton, preza, e muito bem, a livre concorrência e o livre mercado. E estes sistemas de pagamento, são vários, são muitos vão aparecendo, e gostaria de perguntar como é que resolve o problema da igualdade entre os operadores desses sistemas de pagamento, ao nível dos serviços da Câmara Municipal, dos serviços que serão disponibilizados. -----

----- E a segunda pergunta, é a seguinte. -----
----- Quais são os custos associados, pela adesão do Município de Lisboa. E por cada pagamento feito no âmbito desses sistemas, e qual é o impacto previsível que o mesmo terá, na redução da receita. Não lhe digo no bruto, porque nós sabemos que a receita é variável, mas digo-lhe em relação em cada pagamento. E nessa medida, podendo haver uma compressão do financiamento do Município de Lisboa, como é que vamos resolver isto? -----
----- E naturalmente, se for relevante essa quebra de receita, se vamos aumentar o valor das taxas, na medida em que estamos a prestar um serviço, e é isso, que manda o regime geral das taxas das autarquias locais. -----
----- Ou, se por outro lado, vamos reduzir na despesa pública municipal, e eventualmente em que tipo de programas. -----
----- E, com estas questões, e estas dúvidas, que são sinceras. aguardo esclarecimento para decidir o sentido de voto. -----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, para uma intervenção.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente muito obrigado.-----
----- Senhor Deputado, eu quando o ouvi, fui automaticamente assaltado outra vez, pela ideia, dos perigosos fantasmas. -----
----- O mecanismo de adesão, a este tipo de plataformas, não difere daqueles que inclusivamente o próprio Município já utiliza hoje. O Município hoje, já escolha as plataformas onde quer por exemplo, disponibilizar um conjunto de aplicações de interação com a comunidade. -----
----- E portanto, o modelo de solução a escolher pelo Município, obedecerá exatamente aos mesmos requisitos que hoje em dia já estão em vigor para plataformas como por exemplo, aquelas que podemos aceder, nomeadamente, lembro-me agora, assim de cabeça, o “na minha rua”.-----
----- Relativamente àquele, que é o mecanismo de eventuais custos associados. Eu responder-lhe-ia da seguinte forma.-----
----- Há duas dimensões fundamentais para analisarmos esta questão. -----
----- Uma primeira passa, inevitavelmente por uma necessidade de podermos aproximar, aquilo que é, o serviço público do cidadão, e portanto, eu diria que isso são custos de investimento e de proximidade, não entendo isso como despesas. -----
----- Mas acresce, que, está devidamente fundamentado e estudado, que este tipo de soluções têm resultado numa redução substancialmente dos custos burocráticos, ou administrativos e que a partir daí se podem inclusivamente libertar recursos humanos para outras atividades úteis ao próprio Município, seja de apoio direto, seja também de proximidade e contacto com a população.-----

----- Por isso, eu diria que, no limite, o que nós vamos assistir aqui é aquele cenário claro, parafraseando e recorrendo a um anglicismo, um cenário claro de “*Win*”, Senhor Deputado. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Portanto, vamos então passar à votação desta Proposta de Deliberação 005/PSD/2019, pagamentos através de dispositivos móveis.-----

----- **Proposta nº 005/PSD/2019. Votos contra do PCP, abstenção do D.M. Rui Costa e do PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT e 5 IND. A Proposta nº 005/PSD/2019 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-----

----- O Senhor Deputado Rui Costa, fará uma Declaração de Voto por escrito. -----

----- (A Declaração de Voto apresentada pelo Senhor Deputado Rui Costa, até à presente data, não foi entregue nos serviços). -----

----- O Partido Socialista também? Oral? -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage, por favor, para uma Declaração de Voto Oral, da bancada do Partido Socialista, sobre esta proposta que acabámos de votar. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra, apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Para dizer que o Partido Socialista, votou favoravelmente esta proposta, tendo em conta que se trata de uma solução de muito baixo custo, que torna o serviço municipal, um serviço mais amigo do cidadão, e tendo em conta que o Partido Socialista, é o Partido fundador do Simplex, do Simplex Autárquico, não poderíamos naturalmente, de deixar de acompanhar a proposta que vai ajudar os cidadãos de Lisboa. -----

----- Muito obrigado”.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Voltamos agora, como combinámos com a concordância de todos, ao ponto três da Ordem de trabalhos, nova versão da proposta. -----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 001/PSD/2019 – MOBILIDADE NA CIDADE DE LISBOA – O SISTEMA DE BICICLETAS PÚBLICAS PARTILHADAS E ALGUNS EQUÍVOCOS! AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15.º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS.** -----

----- (A Proposta de Deliberação 001/PSD/2019 fica anexada à presente Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante.) -----

----- Registamos, e para ficar em ata um pedido de escusa, que exerce o mandato como Independente, Rui Costa.-----

----- Portanto, palavra ao Partido Social Democrata, para apresentar a proposta.”-----

-----**A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, António Prôa do PSD”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra, fez a apresentação da proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Uma primeira nota, o título da proposta foi também corrigido, e passou a ser, mobilidade na cidade de Lisboa, por um melhor sistema de bicicletas públicas partilhadas.-----

----- Uma segunda nota, também breve. Para me referir à ausência do Senhor Vereador, que tem o Pelouro da Mobilidade.-----

----- Tratando-se esta, uma proposta da sua área, seria com certeza útil para a discussão desta proposta, podermos contar com a presença do Senhor Vereador, aliás, deixo como sugestão de reflexão, que no futuro, esta Assembleia, possa contar com os responsáveis na Câmara Municipal sempre que se justifique, para que as discussões possam ser mais conclusivas, não obstante, o Senhor Vereador tem cá a presença dum membro do seu gabinete. Que eu aproveito, aliás, para cumprimentar.-----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta que o PSD traz, sobre o sistema de bicicletas públicas partilhadas, conhecido como GIRA-Bicicletas de Lisboa, da responsabilidade da EMEL, é uma proposta, que não pretende nem criticar as bicicletas, nem tão pouco retomar a discussão sobre a despesa efetuada neste sistema, apenas, pretende a ter-se ao cumprimento de um contrato, e à defesa, e à promoção, deste modo de transporte na cidade, que, como julgo que é consensual, ganhou um espaço e faz parte hoje, das soluções de mobilidade dos Lisboetas no essencial.-----

----- Sucede porém, que tendo em conta da importância, que este modo de transporte exerce na mobilidade na cidade de Lisboa. Por iniciativa da Câmara, foi criada uma expectativa de utilização que como também é consensual, julgo eu, tem vindo a ser defraudada.-----

----- E, tem vindo a ser defraudada, porque o sistema não corresponde àquilo que foi o compromisso da Empresa com a EMEL. Que é facto e tivemos já oportunidade de discutir, este atraso, este incumprimento, de um sistema que previa mais de mil bicicletas, cerca de mil e quatrocentas bicicletas e cento e quarenta estações para estarem todas implementadas no prazo de um ano, já passou quase um ano e meio, e o cumprimento está na ordem dos cinquenta por cento. E portanto, temos o investimento avultado, a criação de uma expectativa, uma necessidade que foi gerada, e que, é, diariamente defraudada.-----

----- Ora parece-me que é também consensual que esta situação não pode permanecer deste modo.-----

----- E por isso, apresentamos um conjunto de propostas, que vão no sentido de ajudar a melhorar o sistema, e a corrigir os erros. E que é urgente corrigir, porque o investimento que foi feito, corresponde a um investimento, que não estando a ser cumprido nos seus objetivos, não zela pelo interesse público. -----

----- Apresentamos cinco grandes conjuntos de iniciativas.-----

----- A primeira, necessariamente sobre a avaliação do contrato. E pretendemos que a Câmara, efetue uma avaliação global, detalhada sobre a concretização do contrato sob o cumprimento dos termos do contrato. -----

----- Depois, num outro conjunto de matérias, defendemos o aperfeiçoamento do sistema. Daí, defendemos questões como a transparência, no registo da procura efetuada e não satisfeita, que me parece que é muito importante, até para avaliar, da necessidade de corrigir e de afinar, a oferta de bicicletas, e também transparência na informação em tempo real do nível do serviço. -----

----- Um outro conjunto de propostas, vão, no sentido de alterar o próprio serviço, no sentido de o melhorar.-----

----- Nomeadamente, duas grandes propostas. -----

----- A primeira, a alteração tão reclamada, sobre a idade mínima para a utilização da rede GIRA- Bicicletas de Lisboa, tem-nos sido dito, que a idade mínima é de dezoito anos, e não de dezasseis, apesar de muitas das bicicletas estarem precisamente à disposição junto a escolas, porque o seguro não o permite. Ora, poderão verificar que a apólice de seguro em vigor, permite a utilização a partir dos dezasseis anos, e portanto, não se percebe, porque é que essa situação não foi ainda resolvida. -----

----- E propomos também, a criação de uma conta Familiar. -----

----- Uma conta familiar, que promova a utilização no seio dos agregados familiares e que não é mais, aliás, do que ir no mesmo sentido, do que vai acontecer a partir de abril nos transportes públicos. Parece-nos, também, positivo, que haja por esta via uma promoção da utilização de bicicletas em contexto familiar. -----

----- Um penúltimo conjunto de questões, sobre a fiscalização de utilização das bicicletas.-----

----- Um dos problemas detetados, prende-se com a falta de fiscalização e a permissão de utilização abusiva, das bicicletas, ou por pessoas que não estão habilitadas para o efeito, ou por utilização em sítios impróprios, provocando em muitas circunstâncias, questões de falta de segurança. -----

----- Por último, um último grupo de questões, sobre a expansão, deste sistema de bicicletas.-----

----- Bem sei, que temos um problema de cumprimento, com aquilo, que já está contratualizado, ainda não está cumprido, está atrasado e já devia estar em vigor, mas parece-nos que é tempo de ponderar, face ao sucesso, que aliás, tem sido registado, que é de ponderar a ampliação do sistema, e a correção nomeadamente, a oferta de bicicletas, em zonas, onde elas já estão em funcionamento. -----

----- Concluindo, que no conjunto estas propostas, pretendem, ajudar a Câmara a melhorar a utilização de bicicletas na cidade de Lisboa. A promover a sua utilização, para que este meio de transporte, se constitua como um verdadeiro complemento à

mobilidade na cidade de Lisboa. O que não podemos continuar a admitir, é que a Câmara, tenha feito um tão avultado investimento, e ele, não esteja a ser respeitado. -

----- Muito Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia do PCP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Mais uma vez, Boa tarde.-----

----- Estamos globalmente de acordo com esta proposta, que está neste momento em discussão. De facto, há questões, que se colocam, que são, de uma grande objetividade e de uma grande pertinência.-----

----- Foi criada, a rede de bicicletas partilhadas, GIRA. Foi um sucesso na cidade.-----

----- Entendemos, que não é uma alternativa ao transporte público e à necessidade, mais e melhor transporte público, mas é um complemento importante, para quem se desloca na cidade, é visível e notório o sucesso que ela criou.-----

----- Curiosamente, lamentavelmente, a partir de um determinado momento, o processo estagnou. Deixaram de ser instaladas novas estações, não vieram mais bicicletas. Alegadamente, a informação que temos até hoje, por falta de cumprimento da Órbita.-----

----- Ora nós, estamos num País, que é, considerado, se não estou engando, um dos maiores produtores de bicicletas do mundo. A Órbita, é uma empresa de referência. Não percebemos, por um lado porque é que a Órbita não cumpriu, por outro lado até porque é que até agora, não houve uma atitude proactiva da Câmara, no sentido deste processo, ser resolvido e ser ultrapassado.-----

----- Curiosamente, e é, uma infeliz coincidência, não quero tirar daqui qualquer acusação, ou qualquer ilação, que não seja a infeliz coincidências, a falta de resposta da rede GIRA, que coincidiu com o aparecimento das trotinetes, que são empresas privadas, que é um sistema que também tem o seu público. E com o qual, não estamos contra. Mas, que aparece de uma forma completamente desregularizada, hoje em dia,

----- Eu ainda ontem assisti a uma reportagem na SIC, hoje em dia, já se questiona abertamente, o que é que é preciso fazer, que não foi feito, e talvez aí a adesão à rede das cidades ambíguas dos ciclistas, ou das cidades para ciclistas, que nós aprovamos hoje, vem ajudar, no sentido de, colhermos a experiência de outras cidades, e também partilharmos a nossa com eles.-----

----- Relativamente, a estas novas formas de mobilidade suave, que sendo vantajosas, têm de facto ser regulamentadas, sob pena de peões, ciclista, e quem anda de trotinetes e quem anda de carro, se andarem, díganos a atropelar na cidade, ou de andarem a conflitar pelo menos é hoje notório o conflito das trotinetes com as bicicletas com os automóveis e com quem anda nos passeios, agora vemos, uma forte ação das policias, em relação quem utiliza estes meios de transporte, pensamos que devia ter sido previamente estabelecido e dito às pessoas que utilizam estes meios de transporte, que havia regras, que havia responsabilidade, nomeadamente, a questão do

consumo do álcool, do andarem em contramão, de circularem em cima dos passeios, de vermos a trotinete não como algo novo, e uma mais-valia, mas como algo perigoso, que às vezes nos leva a desviar, para já não falar, no estacionamento mesmo aqui à porta, e noutros sítios, com que nos confrontamos todos os dias, de uma forma completamente abusiva, em desrespeito por todos, portanto, um comportamento inaceitável, em relação ao estacionamento. -----

----- Portanto, é de facto urgente, que se resolva esta questão da GIRA, nós vamos votar globalmente esta proposta, temos algumas dúvidas em relação à questão dos dezasseis anos que gostaríamos que a própria EMEL ou o Pelouro clarificassem, -----

----- Tenho dito. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, Valente Pires do PS -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Valente Pires (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. ---

----- A proposta de deliberação do PSD, sobre a mobilidade na cidade, tem algumas imprecisões que convém referir. -----

----- No seu ponto número dez, fala na Polícia Municipal, que só deve ter, na nossa opinião, comissão, fiscalizar a utilização de um sistema de bicicletas partilhadas, de acordo, com o código da estrada. Ou seja, a polícia é para fiscalizar, mas de acordo com o código da estrada e não ir para além daquilo que código da estrada refere. -----

----- Quanto aos outros pontos, a maior parte deles, já se encontram quase todos implementados e outros estão neste momento em fase de implementação. -----

----- Gostaríamos, no entanto de realçar, alguns pontos que não constam da presente proposta de deliberação, a saber: -----

----- No primeiro ano, de operação, registaram-se mais de um milhão de viagens de bicicletas partilhadas. Oitenta por cento das viagens, foram efetuadas em bicicletas assistidas eletricamente. Setenta e cinco por cento das viagens, são efetuadas por residentes no concelho de Lisboa. Doze por cento de viagens, por residentes na área metropolitana de Lisboa. Setenta e quatro estações já existentes, servem mais de vinte e cinco por cento, da população de Lisboa. Para dois mil e dezanove, espera-se a conclusão, da primeira fase e expansão do sistema, um total de cento e sessenta estações. Existem, neste momento, cerca de dezoito mil e quinhentos utilizadores com passes anuais. O grau de satisfação dos utilizadores, é de quatro vírgulas seis, em cinco, ou seja, bastante elevado. -----

----- Convém, também, e para finalizar, esclarecer, que o contrato para aquisição, implementação e operação, do sistema de bicicletas públicas partilhadas, tem um valor de vinte e três milhões de euros, sendo que, a parcela relativa ao fornecimento e operação, pelo período de oito anos, é de cerca de dezoito milhões de euros, e não, os vinte e oito milhões, que vocês, dizem na vossa proposta. -----

----- Temos de ser rigorosos nos números, Senhores Deputados. -----

----- Pelo exposto, não podemos votar favoravelmente a vossa proposta. -----
 ----- Disse.”-----

-----**A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, António Avelãs IND”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, outra vez. -----

----- Relativamente a esta proposta, é evidente, que todos nós gostaríamos de ver, os nossos adolescentes, chegando em bicicletas às escolas. Seria bom sinal, e isso certamente, dentro de algum tempo isso acontecerá. -----

----- O que me leva a concluir, que de facto nesta proposta do PSD, há uma intenção positiva que deve ser realçada.-----

----- Contudo, há duas ou três questões que precisam de ser esclarecidas.-----

----- Nomeadamente o ponto sete. O ponto sete, ou seja, a proposta que haja uma diminuição dos dezoito anos para os dezasseis anos. O que me leva a fazer à Câmara Municipal de Lisboa, a seguinte pergunta:-----

----- Nos contratos, estabelecidos com as empresas que tratam da GIRA, esta questão está equacionada, admitida ou em que termos é que ela Esta? Ou então que passos é que podem ser dados, para a alterar?-----

----- Porque, sem alterar este contrato, torna-se provavelmente, e digo, correríamos o risco, perdão, de aprovar uma coisa, que depois, não era aplicável. -----

----- Portanto, a pergunta que eu faço à Câmara Municipal de Lisboa, é, em que termos é que está este contrato feito, que possibilidade é que há de o alterar, para se for o caso, se baixar o limite legal dos dezoito, para os dezasseis anos.-----

----- Uma outra questão, de natureza diferente, tem a ver com o ponto doze.-----

----- Em que a proposta propõe, defende, perdão, que haja, uma ampliação em termos geográficos, privilegiando, em razão de promoção de segurança, as zonas onde existem zonas de ciclovias. E, é evidente que esta proposta, esta ideia, tem lógica. Não é isso, que se contesta. -----

----- Agora, é preciso ter presente também um aspeto alternativo e se calhar contraditório com este. É, se ao privilegiarmos, as zonas onde existem ciclovias, não estamos a prolongar, o afastamento e a impossibilidade de muitas zonas da cidade, de terem acesso a este mecanismo do GIRA, e portanto, temos de pensar aqui, qual é a melhor solução. -----

----- Aproveito, também, para comunicar, que os Cidadãos por Lisboa, vão propor que seja agendado um Debate de atualidade, que terá como temática, os meios de transportes partilhados da cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Pires do BE”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. -----

----- A proposta que o PSD aqui traz sobre o sistema GIRA, levanta questões importantes na exposição de motivos e também, na própria parte resolutiva, algumas acompanhamos, outras temos algumas dúvidas. Mas, parece-nos importante podermos também, aqui debater este tema. -----

----- Porque, de facto, a bicicleta, é um meio de transporte útil para melhorar a mobilidade em Lisboa, e tem atuado e deve atuar, cada vez mais, em complementaridade com o uso dos transportes públicos. -----

----- E registamos, também aqui, uma mudança de posição do próprio PSD Lisboa, para quem, o investimento nas ciclovias, era visto em dois mil e dezasseis e disseram-no, como inútil, porque ninguém andaria de bicicleta em Lisboa. -----

----- E é bom, podermos estar em dois mil e dezanove, com reconhecimento que, afinal, isto era um diagnóstico errado, e que de facto, a adesão dos Lisboetas e das Lisboetas às bicicletas, e em particular ao sistema da GIRA, foi bastante grande, e ainda bem. -----

----- E tem razão também, que a GIRA, não funcionam, ainda em pleno. -----

----- Aliás, tivemos já, e temos tido, oportunidade também, na oitava Comissão, de ouvir o Vereador da mobilidade também, relativamente a esta matéria. -----

----- E por isso, há aqui algumas questões no diagnóstico e acompanhamos e inclusivamente, já apresentámos por requerimento algumas das questões que são aqui levantadas, para que, os Deputados Municipais, possam, também decidir, com real conhecimento, da situação que temos aqui em cima da mesa. -----

----- E relativamente à proposta, concretamente do Grupo Municipal do PSD, e registando também, a alteração, a modificação que foi feita à mesma, que nos parece que facilita de alguma forma, a análise das várias propostas. -----

----- Dizer, que temos aqui algumas dúvidas, relativamente a algumas das propostas. -

----- E, vamos pedir, peço à Mesa, para registar este pedido, a votação por blocos, ou seja, o A, B, C, D e E, sendo que, dentro do bloco C, pedimos a votação separada do ponto sete e oito, relativamente ao nove. E relativamente ao ponto nove, consideramos que esta reserva por cinco minutos, pode ser um tempo excessivo, para a forma como atualmente são utilizadas as bicicletas e, portanto, parece-nos que não é a melhor solução, ter um tempo de reserva tão elevado. -----

----- Sobre o bloco B, o aperfeiçoamento do sistema e percebendo, que é sempre possível, haver melhorias relativamente à forma como ele funciona, a verdade é que na prática, as questões que estão aqui incluídas, elas já acontecem, porque eu quando abro a aplicação, consigo verificar logo, em que docas é que eu tenho bicicletas disponíveis, quantas é que estão indisponíveis em cada doca, e portanto, permite também ao utilizador, fazer a gestão mais fácil, da sua própria mobilidade. E portanto, parece-nos que é um bocado, estar a propor algo que já acontece na verdade. -----

----- E relativamente à questão da fiscalização, de facto, parece-nos que a Policia Municipal, tal como os utilizadores, tem que cumprir aquilo que está no código de estrada. -----

----- Atualmente a Policia Municipal, tem já bastantes responsabilidades de fiscalização e parece-nos, face aos problemas que existem na mobilidade de Lisboa, a fiscalização, deve estar focada em problemas maiores, nomeadamente, no estacionamento em segunda fila, que prejudica gravemente os autocarros ou os elétricos, e portanto, parece-nos que aqui há prioridades que devem ser dadas. E portanto, não acompanharemos essa parte da proposta.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Vereadora Paula Marques”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, para prestar alguns esclarecimentos, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Bem, eu estou convicta, de que o Senhor Vereador Miguel Gaspar, tem todo o gosto em divulgar, sempre, e esclarecer sempre, a Assembleia Municipal, seja em sede de Comissão, seja em sede do debate que foi anunciado sobre as questões de mobilidade, na sua generalidade, a política de mobilidade da cidade. -----

----- Sobre as questões do transporte partilhado em particular:-----

----- Ainda bem, que estamos neste momento a fazer a discussão da melhoria das condições de funcionamento do modelo GIRA, e como, e bem, vários deputados e várias deputadas, fizeram menção, é de facto uma diferença muito grande, e é uma mudança de paradigma, naquilo que é a utilização da bicicleta como veículo, como transporte. Eu diria, como transporte público, e como forma de deslocação na cidade, quer de ponto vista lúdico, quer até do ponto de vista profissional. -----

----- E portanto, estarmos hoje, a discutir a melhoria das condições, é o passo e é a prova, provada, de que fizemos bem em avançar para esta decisão e para este projeto o qual relembro que, na altura, no início, era bastante contestado, e portanto, é claro, que hoje, foi uma boa opção de política pública de mobilidade na cidade de Lisboa.-----

----- Dizendo isto, há algumas questões, que eu estou em condições de esclarecer às senhoras e aos senhores deputados. -----

----- Dizer também, que para nós é importante o facto da fornecedora do serviço, ou das unidades das bicicletas, ser uma empresa portuguesa, não é despiciente ser uma empresa portuguesa, que tem tido alguma dificuldade de responder, não só, à questão da produção para nós, como também à produção nas respostas de outros encargos, digamos. -----

----- Mas é para nós importante, ser uma empresa portuguesa. -----

----- A Câmara, está a monitorizar e a acompanhar este défice que, para nós, é de facto importante ultrapassar. -----

----- A Câmara, vai procurar responder áquilo que está em falta, da primeira fase durante o ano de dois mil e dezanove. Vai implementar e expandir a rede, quer no ponto de vista do número de unidades de bicicletas, quer de poder chegar a todas as freguesias, com docas e com a GIRA, a funcionar em todas as freguesias da cidade.----

----- É importante, naturalmente, aquilo que o Deputado António Avelãs, referiu e alguns outros senhores deputados referem, faz sentido, que estejam que seja corelacionados, com aquilo que são as ciclovias, naturalmente, até por uma questão de segurança dos utilizadores. -----

----- Mas, também temos que entender, que temos de pensar como é que nós fazemos com que este mecanismo tão importante, seja fator de inclusão social e não de exclusão na sua utilização na rede. -----

----- Quanto às duas questões mais prementes que foram postas de clarificação. O seguro, neste momento, a apólice do seguro, que é para o utilizador e responsabilidade civil, já abrange, pessoas com dezasseis anos. Qual é a questão que a EMEL e a Câmara estão a ultrapassar? -----

----- Um menor, uma pessoa menor, não pode neste momento fazer um contrato de aluguer. E portanto, neste momento a EMEL, está a trabalhar num passo intermédio, isto é, poder que na plataforma, uma pessoa maior, possa autorizar um menor a fazer a utilização do serviço. -----

----- O ponto seguinte, ou o passo seguinte, naturalmente, é, que, se possa encontrar forma legal, de uma pessoa com dezasseis anos poder fazer a utilização. Eu acho que nada mais agradaria a todas e a todos, que os nossos estudantes usassem a GIRA, para poderem ir para a escola e eu acho que é essa a nossa aposta e o nosso desígnio. ----

----- Quanto à questão da fiscalização. Dizer também, e ir ao encontro daquilo que disse a Deputada Isabel Pires, que de facto a Policia Municipal, fará o seu trabalho naquilo que é o cumprimento do código da estrada. Para além do que é o cumprimento do código da estrada, não o pode fazer.-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, informou a Senhora Vereadora do seguinte:-----

----- “Senhora Vereadora, já teve a mesma tolerância, pedia-lhe que terminasse.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, continuou:-----

----- Termino já, dizendo que, as duas grandes questões que se punham a esta, gostava de frisar, há uma série de questões que estão postas na proposta, que nós entendemos a bondade, que já estão a acontecer. -----

----- Estão dadas as explicações possíveis, desta matéria de defesa que é a política de mobilidade da Câmara.-----

----- E dizer que o Senhor Vereador Miguel Gaspar estará, com muito gosto, naquilo que será o debate temático de atualidade anunciado aqui. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora.-----

----- Temos CDS-PP e o PAN como inscritos.”-----

-----**A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura do CDS-PP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Algumas das questões que eu ia colocar, a Senhora Vereadora Paula Marques, já deu resposta, mas também não queria deixar de comentar, esta proposta que está aqui hoje em debate. -----

----- Efetivamente, esta discussão não é de agora, o problema não é de agora. Não podemos ver só, e olhar para este problema, falando apenas da rede de bicicletas partilhadas, mas para tudo aquilo que são, estes novos modos de deslocação e de mobilidade suaves. E portanto, também na perspetiva daquilo que foia qui apresentado pelo senhor Deputado Independente António Avelãs, e haver um debate nesta área. -----

----- Acho, que este debate deve incluir tudo aquilo que são os meios alternativos de transportes em Lisboa, seja como alternativa ao uso individual de viatura, seja como um modo de lazer. E ai, também, há diferenças, e acho também as vertentes de atuação em cada uma delas deve ser diferente. -----

----- Obviamente, que a Policia Municipal, tem outras competências, mas esta também é uma competência tão nobre quanto as outras. E portanto, é esse o trabalho dos polícias municipais, foi para isso que fizeram o juramento de bandeira, também, para fazer este de trabalho, e portanto, há que fazer uma fiscalização. -----

----- Nós achamos, que isto não pode ser feito do ponto de vista punitivo. -----

----- Já defendemos também, quando foi a questão das trotinetes, e apresentámos aqui uma proposta, que foi aprovada, no sentido de que as regras no âmbito do código da estrada, elas já existem, existem as coimas, é preciso é aplicá-las e o que falta, não só nesta área em Lisboa, mas também noutras áreas, é a questão da fiscalização. -----

----- Nós sempre enveredámos no sentido de que devia de haver boas regras e práticas, aliás no caso das trotinetes, a proposta que nós apresentámos deu frutos. Uma das empresas, de trotinetes, a Lime, lançou uma carta de compromisso com os seus utilizadores e, na semana passada criou, a “patrulha Lime”. É mais uma ajuda, obviamente não substitui aquilo que é fiscalização pelas entidades competentes, mas obviamente é uma ajuda por parte do privado que opera no espaço público, ajudar a resolver aquilo que são os problemas que nós tão bem conhecemos, estacionamento indevido e bloqueio de passeios que, obviamente, condiciona a mobilidade em particular das pessoas com mobilidade reduzida. -----

----- Nós, também vamos apresentar brevemente, também para não querer falar muito nesta questão. E, por isso, digo que o debate se calhar é importante, porque parece-nos que nós temos de arranjar uma resposta para estes novos modos suaves de mobilidade que seja integrada, ou seja, nós temos que olhar para as bicicletas partilhadas para as trotinetes se calhar com uma forma de logística e operacionalização no espaço público integrada, se calhar temos docas que possam

receber de ponto vista elétrico e tecnológico quer as trotinetes, quer as bicicletas e se algo que obviamente em que a EMEL e a Câmara terá que investir, para que aquilo que é a tecnologia da Órbita, passe para a titularidade da EMEL. Mas, isto lá está, haverá várias possibilidades e vários meios que nós podemos aqui explorar e o debate será bom para isso, podemos explorar para arranjar aqui, uma solução. -----

----- Da parte da Órbita, o que nós sabemos, a empresa obviamente passou por uma fase mais complicada. Agora, parece que já ultrapassou. -----

----- Contudo, quer nesta Assembleia, através de requerimento quer também na Comissão, nós já pedimos vários dados ao senhor Vereador e à EMEL, dados esses que nunca nos chegaram até hoje. Quer sobre as bicicletas, mas principalmente sobre as trotinetes, e no caso das trotinetes. E no caso das trotinetes, deixar só um ponto, que me parece importante, que é, ninguém percebe porque é que as trotinetes podem estacionar em qualquer lado. Supostamente, existem noventa *What Spots*, que foram acordados entre as empresas, na altura entre três, agora temos oito, e vão entrar mais três. -----

----- E portanto é preciso saber onde é que estão esses noventa *What Spots* e o que é que a Câmara faz para fiscalizar. Ou se voltou a falar quer com estas três operadoras, quer com as restantes, serve para perceber então, que novos locais é que vamos arranjar que estações chamadas *What Spots*, vamos criar e que são necessárias, face ao números de trotinetes, que também é algo nós, não sabemos até agora quantas trotinetes existem em Lisboa. E nesse sentido nós também já apresentámos um pedido em Câmara que se faça um estudo, em termos de espaço público e de lugar suave, quanto é que o nosso espaço público e diário comporta em número de trotinetes, da mesma forma, que foi feito um estudo para as bicicletas. Número de ciclovias necessárias, que possam comportar e o número de bicicletas que podem obviamente utilizar essas ciclovias. -----

----- Portanto, deixava aqui estas sugestões. -----

----- Dizendo obviamente, que o CDS acompanha as preocupações do PSD, porque por me parece que é uma preocupação de todos nós e porque o próprio documento também não encerra uma solução fechada. Penso, que será obviamente discutida quer aqui, quer noutros fóruns. -----

----- Dizer relativamente à questão da idade, para terminar, que nós já tínhamos apresentado esta proposta e concordamos. -----

----- E vou já terminar Senhor Presidente, já vi o sinal. -----

----- Dizer obviamente, que a idade deve baixar, porque, obviamente quem utiliza mais as trotinetes, e quem utiliza as bicicletas são exatamente jovens. E sabemos que a questão do seguro já foi falado com o Senhor Vereador, ela não cobre na tutela na utilização pormenor. Porque, obviamente em caso de morte, a responsabilidade é de quem tem a aplicação, e a responsabilidade não é daquele jovem. Portanto, num caso de morte de acidente, nem o seguro da EMEL, nem destas empresas, cobre eventuais danos, para não falar de outros mais graves. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Temos agora o PAN, como inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos do PAN”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Como dissemos à bocado, a mobilidade suave e nomeadamente as bicicletas e as bicicletas partilhadas, têm sido sempre apoiadas pelo PAN, já desde o mandato anterior.-----

----- Aquilo, que neste momento nos aparece aqui, como proposta do PSD, são assuntos que têm sido debatidos na oitava Comissão, de forma reiterada, e muitos deles, não temos tido imediatamente uma resposta da Câmara. -----

----- Portanto, quando se fazem perguntas e quando as respostas não vêm, é natural que as pessoas fiquem preocupadas. -----

----- E portanto, apoiamos totalmente a proposta do PSD, no sentido de fazer estas recomendações e mais do que isso, de alguma forma, ver respondidas as preocupações que estão subjacentes a estas propostas.-----

----- Eu devo dizer que, de certa forma, a reportagem da SIC, não era sobre a GIRA, era sobre trotinetes. Veio trazer informação que eu desconhecia completamente. E se eu desconhecia uma coisa que tenho acompanhado, é natural que os cidadãos ainda desconhecem mais.-----

----- Portanto, eu acho, totalmente não só legítima, mas necessária que a Câmara, seja interpolada sobre estas questões, e que responda na medida, daquilo que for necessário, às preocupações desta Assembleia e dos cidadãos numa forma geral.-----

----- Portanto, apoiamos a proposta do PSD, e esperamos o Senhor Vereador, a que venha de forma mais amiúde, dar informações a esta Assembleia, à Comissão ou não. Mas que seja transmitida informação a esta Assembleia. Porque, não me parece lógico, que num assunto desta importância, e apesar destes assuntos já terem sido referidos em Comissão, nós ainda sejamos surpreendidos por notícias que desconhecemos na comunicação social.-----

----- E em relação, à questão da fiscalização, por amor de deus, não é de certeza, apenas o código da estrada, que os quatrocentos novos polícias da P.M. vieram para fazer para este Município. Têm de fazer mais qualquer coisa. Ou as trotinetes também são para serem fiscalizadas pela EMEL?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Temos uma inscrição do Partido Social Democrata, Senhor Deputado António Prôa. -----

----- Não tem é tempo senhor deputado. Não sei se alguém cede tempo. -----

----- O MPT, muito bem. Tem um minuto senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra, após cedência de tempo dada pelo MPT, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado senhora deputada do MPT. -

----- Muito brevemente, só para tentar prestar alguns esclarecimentos, fazer algumas precisões e saudar a discussão construtiva, que foi possível ter aqui, era esse o nosso objetivo. E portanto, não queria deixar de sublinhar esse clima construtivo que se gerou na discussão desta proposta. -----

----- E, para ser rigoroso, indo ao encontro de algumas questões que foram colocadas, algumas reservas que foram colocadas. Eu não vou discutir aqui com o Senhor Deputado João Valente, a questão do valor do investimento, poderíamos contabilizar os impostos por cima, do valor base do contrato, que também são uma despesa do município. -----

----- Mas, vamos simplificar a questão, vou retirar a referência aos vinte e oito milhões. E se concordarem, nos considerando, em vez de, “investiu cerca de vinte e oito milhões de euros” passaria a ler-se “efetuou um significativo investimento “ e retira-se qualquer possível inexatidão. -----

----- Depois, relativamente às questões da fiscalização, eu tive o cuidado de reler a proposta, no que diz respeito ao que é solicitado à polícia municipal que faça, e confesso, que não encontrei nenhuma matéria, que não esteja precisamente no âmbito do cumprimento do código da estrada. -----

----- Ainda assim, e para que também não haja reservas sobre esta matéria, em vez de serem referidos exaustivamente os aspetos que devem ser alvo de fiscalização, passaria a estar “depois de utilização do serviço de bicicletas públicas partilhadas, no âmbito do cumprimento do código da estrada” e isso, também, parece-me que retira qualquer preocupação que foi aqui levantada. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra questionou o seguinte: -----

----- “Em que ponto senhor deputado?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “No ponto dez. Que seja solicitado à Policia Municipal, que fiscalize com maior intensidade, a utilização do serviço de bicicletas públicas partilhadas, no âmbito do cumprimento do código da estrada. E terminava aí. -----

----- Por fim, uma penúltima questão, relativamente à ampliação da rede que aqui fazemos na proposta, somos naturalmente sensíveis a não excluir áreas da cidade que não estejam cobertas com ciclovias, se bem que consideramos que deve ser esse o caminho, e aliás, o município tem previsto um investimento avultado na expansão da rede ciclovias pela cidade. Mas, no entretanto, eu acrescentaria, neste ponto doze,

onde terminava em “ciclovias, mas não ignorando outras áreas” e portanto, julgo que equilibra aqui, que não exclui outras áreas da cidade.-----

----- A última matéria, relativamente à idade mínima, esta é para nós uma matéria muito importante, eu acho que é de bom senso, acho que....”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra, interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado, pedia-lhe só que concluísse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Termino já. É exatamente a última referência que eu ia fazer. -----

----- Relativamente a esta matéria, parece-me que a proposta é bastante prudente porque defende, precisamente, a alteração do limite mínimo de idade, mas como é bom de ver, após criadas as condições para que isso se concretize, e as condições é a simples alteração do regulamento de utilização da aplicação. Questão mais difícil, era a apólice, e essa já foi ultrapassada. -----

----- E portanto, não me parece que esta afirmação, que esta decisão prejudique qualquer matéria de legalidade, antes pode pressionar a EMEL no sentido de fazer esta alteração.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então passar à votação. -----

----- Adotando, as alterações que o Senhor Deputado António Prôa, em nome da bancada do PSD, foi vertendo para o nosso registo magnético. -----

----- No caso, especificamente, da parte deliberativa, houve um outro aperfeiçoamento também nos considerandos. -----

----- Mas, na parte deliberativa naquilo que é o ponto dez, que fique: “Que seja solicitada à Policia Municipal que fiscalize com maior intensidade a utilização do SBPP- Serviço de Bicicletas Públicas Partilhadas, no âmbito do cumprimento do código da estrada.”-----

----- E no ponto doze, fica; “onde existe ciclovias mas não ignorando outras áreas”.---

----- Portanto, com mais significado aqui, na parte deliberativa. -----

----- Vamos passar à votação, temos dois pedidos. -----

----- O pedido de BE, para a votação por blocos. -----

----- E depois, a conjugação do pedido do BE e do PCP, para votar o ponto sete e o ponto oito autónomamente. Porque tínhamos o pedido do bloco sete e oito autónomo do nove mas já tínhamos antes um pedido do PCP, para o sete. -----

----- E, portanto, vamos votar o bloco A, o bloco B, depois o C, votamos o sete, o oito e o nove. E depois, votamos o bloco D, e o bloco E.-----

----- Vamos, então iniciar estas votações, pedia aos senhores deputados que se sentassem.-----

----- **Proposta nº 001/PSD/2019** (votação Deliberada por Blocos):-----

----- **Bloco A (pontos 1, 2, 3 e 4).** Não há votos contra, abstenção do PS, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT e 7 IND. O **Bloco A (pontos 1, 2, 3 e 4)** da **Proposta nº001/PSD/2019** foi **aprovado por maioria.**-----

----- **Bloco B (pontos 5 e 6).** Não há votos contra, abstenções do PS, BE e 5 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT e 2 IND. O **Bloco B (pontos 5 e 6)** da **Proposta nº001/PSD/2019** foi **aprovado por maioria.**-----

----- **Bloco C, deliberado por pontos (pontos 7,8 e 9):**-----

----- **Ponto 7.** Não há votos contra, abstenções do PS e PCP, votos a favor PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT e 7 IND. O **Ponto 7** da **Proposta nº001/PSD/2019** foi **aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 8.** Não há votos contra, abstenção do PS, votos a favor PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 7 IND. O **Ponto 8** da **Proposta nº 001/PSD/2019** foi **aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 9.** Votos contra do PS, BE e 6 IND, abstenção de 1 IND e votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV e MPT. O **Ponto 9** da **Proposta nº001/PSD/2019** foi **Rejeitado.**-----

----- **Bloco D (ponto 10).** Votos contra de 2 IND, abstenções do PS, BE e 5 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV e MPT. O **Bloco D (ponto 10)** da **Proposta nº001/PSD/2019** foi **aprovado por maioria**-----

----- **Bloco E (pontos 11 e 12).** Não há votos contra, abstenção do PS, votos a favor PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 7 IND. O **Bloco E (pontos 11 e 12)** da **Proposta nº001/PSD/2019** foi **aprovado por maioria.**-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações)-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes, não participou na apreciação e votação desta Proposta por impedimento legal)-----

----- E assim, damos por encerrado, este ponto três da Ordem de Trabalhos.-----

----- Ponto oito, que seguir-se-ia as Declarações Políticas, como anunciado no início, consensualizado na Conferência de Representantes, será para a próxima reunião.-----

----- Ponto nove, também como anunciado no início da sessão, a Câmara Municipal, pediu para que a discussão seja conjunta com uma outra proposta, também referente à Higiene Urbana e a contratos de delegação de competências, entre o Município e as Freguesias, que provavelmente terá a sua tramitação concluída em sede de Comissão amanhã. E portanto, também, a discussão conjunta, será agendada para uma próxima sessão.-----

----- E, assim, sendo, vamos dar início ao último ponto da nossa Ordem de trabalhos que é o ponto dez, Proposta nº 003 do DM Rui Costa (IND).-----

----- **PONTO 10 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº003 DO DEPUTADO MUNICIPAL RUI COSTA (IND) – EVOCAÇÃO DOS CEM ANOS DO JORNAL “A BATALHA” E OS CEM ANOS DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTº 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS.**-----

----- A **Proposta nº 003 (DM do Rui Costa)** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante. -----

----- A palavra ao Deputado Municipal Rui Costa, para apresentar a Proposta. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, eu tenho aqui duas inscrições, que face à alteração de números eu gostava de saber, se se mantêm para esta proposta, que é o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP, e o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a apresentação da Proposta: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhora e Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Esta proposta visa sobretudo, o reconhecimento, o reconhecimento histórico do papel do movimento anarco-sindicalista e a evocação dos cem anos, quer do jornal A Batalha, que ainda hoje se publica em nova série, quer da Fundação da Confederação Geral do Trabalho, que foi o primeiro órgão confederal, portanto, supra sindicatos, movimento sindical, e que se assinalam justamente em dois mil e dezanove. -----

----- Ora, sendo certo, que, funcionaram, quer a “Confederação Geral do Trabalho”, quer o jornal “A Batalha” num edifício, que hoje, é propriedade do município, na Calçada do Combro, no Palácio de Marim Olhão, e que o mesmo foi encerrado em mil novecentos e vinte sete, na sequência da primeira revolta contra a ditadura militar, na qual, se iniciou o que ficou conhecido, como o “Revirinho”. -----

----- Acho importante assinalarmos esse momento com uma placa no local, invocando este duplo centenário. Placa essa, que por razões históricas e simbólicas, deveria ser a vermelho e a negro as cores do movimento anarco-sindicalista, não só internacionalmente, como também, em Portugal. -----

----- Assim, fariamos alguma justiça, uma importante componente da resistência à ditadura militar e ao estado novo, que não tem sido tão convenientemente assinalada na nossa história. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos então, proceder para concluirmos, os nossos trabalhos, à votação da proposta, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa. -----

----- **Proposta nº003 do DM Rui Costa (IND).** Não há votos contra, abstenções do CDS-PP e MPT, votos a favor PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **A Proposta nº003 do DM Rui Costa (IND) foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário). -----

----- Damos por encerrados os nossos trabalhos de hoje.” -----

----- A sessão terminou, às dezanove horas. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação nº 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu,....., a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, lavrei a presente ata que também assino, nos termos dos disposto no nº 2 do artº 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, do nº2 do artº 90º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta nº 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----